



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO EM ESTUDOS DO GÊNERO E DIVERSIDADE**

MARTA DE ALMEIDA SANTOS

CADA DIA NUMA CASA, UMA CASA NUM SÓ DIA:
A realidade sócio-laboral de mulheres diaristas na cidade de Salvador

Salvador
2014

MARTA DE ALMEIDA SANTOS

CADA DIA NUMA CASA, UMA CASA NUM SÓ DIA:
A realidade sócio-laboral de mulheres diaristas na cidade de Salvador

Monografia apresentada ao Bacharelado em Estudos do Gênero e Diversidade da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do título de Bacharela em Estudos de Gênero e Diversidade.
Orientadora: Profa. Dra. Salete Maria da Silva

Salvador
2014

MARTA DE ALMEIDA SANTOS

CADA DIA NUMA CASA, UMA CASA NUM SÓ DIA:
A realidade sócio-laboral de mulheres diaristas na cidade de Salvador

Monografia apresentada ao Bacharelado em Estudos do Gênero e Diversidade da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do título de Bacharela em Estudos de Gênero e Diversidade.

Aprovada em 05 de março de 2015.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Salete Maria da Silva
Orientadora

Profa. Dra. Rosângela Araújo
Examinadora

Profa. Dra. Sônia Jay Wright
Examinadora

Salvador
2014

Dedico este trabalho às colegas diaristas que, como eu, lutam, resistem e sonham com melhores condições de vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da Vida.

Aos meus pais, Edite de Almeida Santos e Antônio Tolentino dos Santos (in memorian), sem os quais eu não existiria.

A minha irmã, Marina de Almeida Santos, que sempre me apoiou do seu jeito bravo, em todos os momentos de minha vida.

Aos professores do cursinho pré-vestibular da UNEB onde tudo começou: Wilson, Nini, Carrera, Sergio, Jorge, André e Meire.

Às professoras e professores do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade, especialmente a Profa. Dra. Sílvia de Aquino, de quem tive oportunidade de ser orientanda quando ainda definia minha temática.

À minha orientadora e amiga, Profa. Dra. Salete Maria da Silva, pela paciência, pelo estímulo, pela paixão e emoção por este tema, pelas longas horas de orientação, pelas alegrias e tristezas que compartilhamos, pelas broncas - que não foram poucas - e pela mania de me jogar pra frente sempre!

À professora, mestra, amiga e visionária Ana Alice Alcântara Costa (in memorian) por ser uma das fundadoras do NEIM, assim como deste bacharelado e por ter me estimulado a escrever sobre este tema. Agradeço imensamente.

Às professoras doutoras Rosângela Araújo (Janja) e Sônia Jay Wright por terem acolhido o convite para participar da banca de avaliação deste trabalho e por seus ensinamentos como docentes deste curso.

A todas(os) colegas de curso, especialmente Joselita Santana, Edna Pinho, Tatiane Cerqueira e Fabiana Amorim pela força, pela amizade e por tudo o que sonhamos juntas.

Aos funcionários e funcionária do NEIM, pela dedicação, respeito e amizade: Aline, Elizangela, Rita, Cleyton, Sandro, Daniel e Alex.

Todo problema de pesquisa é, antes de tudo,
um problema de vida prática.
(Socorro Osterne)

RESUMO

Esta pesquisa, que se insere no campo de estudos sobre gênero e trabalho, teve como propósito fundamental visibilizar a realidade sócio-laboral de mulheres diaristas na cidade de Salvador, visando contribuir com os debates acerca da construção de direitos e de políticas públicas para este segmento social. Enquanto abordagem qualitativa, adotou-se como estratégia de coleta de dados a entrevista semiestruturada, o questionário específico e o diário de campo. Buscou-se identificar o perfil e trajetórias de diaristas, a fim de compreender o contexto e as razões de seu ingresso e/ou permanência nesta atividade laboral. Além disso, buscou-se caracterizar as condições de trabalho destas mulheres, com vistas a refletir sobre os impactos da informalidade sobre suas vidas. De igual modo, buscou-se registrar a opinião destas mulheres sobre a atividade que desempenham e sobre suas perspectivas, destacando sonhos, conquistas, medos e dificuldades enfrentadas. Verificou-se que a ocupação de diarista se constitui como uma mutação do emprego doméstico que, além de se caracterizar historicamente como uma atividade tipicamente feminina, informal e precária, vem sendo reforçada pelas mudanças ocorridas na economia global e pela reestruturação produtiva que gera novas formas de relações de trabalho. Além disso, verificou-se que esta ocupação também é marcada pela histórica desvalorização do trabalho doméstico que, em decorrência da divisão sexual do trabalho, impõe às mulheres a majoritária, quando não exclusiva, responsabilidade por este tipo de atividade. Verificou-se, outrossim, que o perfil, a trajetória e a realidade social das diaristas estão profundamente marcados pelas imbricações entre as categorias de gênero, raça, classe e geração que subjazem às estruturas sociais e econômicas no Brasil, historicamente caracterizadas pelas hierarquias e desigualdades que alimentam sistemas de dominação e opressão como o capitalismo, o racismo e o patriarcado. Assim, evidenciou-se a necessidade de organização e formação político-laboral destas mulheres, bem como a criação de políticas públicas, com recortes de gênero, raça, classe e geração, destinadas à valorização, promoção e inclusão social destas trabalhadoras.

Palavras-chave: Trabalho doméstico. Diaristas. Mulheres. Gênero. Direitos.

ABSTRACT

This research, which falls within the field of studies on gender and labor, had the fundamental purpose of visualizing the social and labor reality of day laborer women in the city of Salvador, in order to contribute to the discussions about the construction of rights and public policies for this social segment. While a qualitative approach was adopted as a data collection strategy, semi-structured interviews, a specific questionnaire, and a field diary were used. We tried to identify the profile and trajectories of day laborers in order to understand the context and the reasons for their entry and / or stay in this work activity. In addition, we sought to characterize the working conditions of these women, in order to reflect on the impact of informality on their lives. Similarly, we attempted to record the opinions of these women on the activity they perform and about their prospects, highlighting dreams, achievements, fears, and difficulties faced. It was found that the occupation of day laborer is constituted as a mutation of domestic employment, and is characterized historically as a female, informal, and precarious activity, which has been reinforced by changes in the global economy and productive restructuring that generates new forms of labor relations. In addition, it was found that this occupation is also marked by the historical depreciation of domestic work that, due to the sexual division of labor, requires women to bear the unique, if not majority, responsibility for this type of activity. It was found, moreover, that the profile, the trajectory, and the social reality of day laborers are deeply marked by the overlapping of the categories of gender, race, class, and generation that underlie the social and economic structures in Brazil, historically characterized by hierarchies and inequalities that feed domination and oppression systems like capitalism, racism, and patriarchy. Thus, there is evidence of the need for organization and political-job training of these women, as well as the creation of public policies, with gender, race, and generation, for the appreciation, promotion, and social inclusion of these workers.

Key-words: Housework. Day laborers. Women's. Gender. Rights.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Perfil das Diaristas 1.....	31
Tabela 2: Perfil das Diaristas 2.....	32

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
I PERCURSO METODOLÓGICO E FUNDAMENTOS TEÓRICOS	15
1.1 Estratégias de investigação	15
1.1.2 O campo e suas emoções	17
1.1.3 Organização e interpretação dos dados	18
1.1.4 Caracterização do município	19
1.2 Fundamentação teórica	21
II DIARISTAS: perfil, trajetória e realidade social	31
2.1 Perfil das diaristas.....	31
2.2 Trajetórias e realidade social.....	32
2.3 Análise dos perfis e das trajetórias.....	38
III REALIDADE LABORAL: ingresso, permanência e condições de trabalho	42
3.1 Razões de ingresso e/ou permanência na atividade.....	42
3.2 Perdas e ganhos do/no trabalho informal.....	45
3.3 Conciliação trabalho/família.....	48
3.4 Precarização, desvalorização e invisibilidade profissional.....	50
IV DIFICULDADES, CONQUISTAS, SONHOS E PERSPECTIVAS	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERÊNCIAS	70
APÊNDICES	73
APÊNDICE A: Roteiro para entrevista.....	73
APÊNDICE B: Questionário.....	74
APÊNDICE C: Termos de Consentimento Livre e Esclarecido.....	76

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se insere no campo de estudos sobre *gênero e trabalho*. Sua **temática** está situada mais precisamente nas discussões relativas ao trabalho doméstico remunerado, de caráter informal, realizado, na maioria dos casos, por mulheres negras e pobres que o desempenham na condição de *diaristas*. A ocupação *diarista* é compreendida como uma mutação do emprego doméstico, decorrente das transformações iniciadas no mundo do trabalho desde a reestruturação do capital no pós-1970 e aprofundadas na década de 1990 (PRISCO; CARVALHO; GOMES, 2013). Tais mudanças, segundo estudos sobre este fenômeno, geraram um mundo laboral fragmentado e precarizado em suas múltiplas dimensões (ARAÚJO; TROMBINO, 2013).

Neste contexto, o trabalho da diarista tem sido visto como mais uma dentre as inúmeras atividades desenvolvidas à margem da regulação estatal. Ocorre que esta visão, apesar de procedente, é insuficiente para explicar o fenômeno, pois não dá conta de toda sua complexidade. Afinal, conforme apontam os estudos feministas, o trabalho doméstico, no qual a ocupação de diarista se insere, é profundamente marcado pelas históricas desigualdades de gênero, raça e classe, além de geração, que ainda caracterizam a sociedade brasileira e latino americana como um todo (SAFFIOTI, 1984; MOTTA, 1992; MELO, 1998; LEÓN, 2013). Além disso, há o agravante de ser percebido não apenas como um “trabalho de mulher”, majoritariamente de mulheres negras (e, por isso mesmo, desvalorizado), mas como uma das ocupações informais que mais crescem no mundo, no Brasil¹ e na Bahia², justamente num momento em que as domésticas conquistaram, depois de muitos anos de lutas, a plena igualdade de direitos em âmbito constitucional.³

¹ Segundo a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio-PNAD (IBGE, 2012), o número de empregadas domésticas no Brasil caiu de 6.653.000 para 6.355.000, ou seja, houve uma diminuição de 298.000 empregos, o que corresponde a 4,48% do total de ocupações. Apesar disto, a mesma pesquisa também indica um aumento de 0,75% da informalidade, ou seja, um crescimento no número de trabalhadoras diaristas.

² Segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador (PEDRMS), divulgada em abril de 2014 pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão da Secretaria de Planejamento (Seplan): “a ampliação da participação de diaristas no contingente de trabalhadoras domésticas e a drástica redução do percentual de empregadas domésticas que residiam no domicílio dos empregadores foram outras das alterações nas relações de trabalho. As diaristas representavam 10,0% das trabalhadoras do segmento em 1997, e elevaram esse percentual para 18,9% em 2013.” PEDRMS, 2013. Disponível em <https://www.dieese.org.br/analiseped/2013/2013empreDomSSA.pdf>

³ A Emenda Constitucional nº 72/2013, aprovada em 26 de março do mesmo ano, é fruto da PEC 66/2012, mais conhecida como PEC das domésticas. Tal emenda, que determina a ampliação dos direitos trabalhistas das empregadas domésticas, somente foi aprovada depois de 125 anos da abolição da

Além do exposto, a ocupação de diarista também merece análises em razão do crescente fenômeno da *feminização da pobreza*,⁴ que de há muito vem sendo discutido por teóricas e militantes feministas e cada vez mais tem ocupado as reflexões e ações propostas pela Organização das Nações Unidas.

Considerando a mencionada realidade, o **objetivo geral** desta pesquisa foi conhecer e visibilizar o trabalho das diaristas na cidade de Salvador, visando contribuir com os debates acerca da construção de direitos e de políticas públicas para este segmento social. Para alcançar tal propósito, foram delineados os seguintes **objetivos específicos**: identificar o perfil e a trajetória de algumas mulheres diaristas, a fim de compreender o contexto e as razões de seu ingresso e/ou permanência nesta atividade laboral; caracterizar as condições de trabalho destas mulheres, com vistas a refletir sobre a informalidade e seus efeitos na vida das mesmas; e por fim, identificar a opinião destas mulheres sobre a atividade que desempenham e suas perspectivas, destacando sonhos, conquistas, medos e dificuldades enfrentadas.

A escolha do tema não se deu de por acaso ou de maneira aleatória, mas ao contrário, decorreu de minha própria vivência pessoal enquanto diarista que, como tantas outras, experimenta, diária e literalmente na pele e na alma, as agruras e as dificuldades de uma existência e de uma experiência profissional marcada pela invisibilidade, precarização, desvalorização e pelas múltiplas exclusões sociais fortemente determinadas por fatores como gênero, raça, classe e, no meu caso específico, pela questão geracional.⁵ Este estudo, portanto, deixa bem evidenciada a minha posicionalidade epistêmica, assumidamente feminista e reveladora, sem qualquer prurido acadêmico ou social, do meu *saber situado* que, como qualquer outro produto da reflexão humana, corresponde ao modo como se vive e se percebe a realidade a nossa volta (HARAWAY, 1995).

escravidão no Brasil. E, em que pese já existir, desde 1972, a Lei 5.859, que regulamenta a profissão referida, durante todos estes anos esta categoria profissional nunca teve acesso aos mesmos direitos que os demais trabalhadores. Esta Emenda Constitucional, portanto, não apenas repara uma injustiça histórica como elimina os resquícios de desigualdade jurídica que atuavam em desfavor das empregadas domésticas.

⁴ Segundo definição do Centro Internacional da Pobreza (projeto conjunto do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Governo Brasileiro), “a feminização da pobreza é uma mudança nos níveis de pobreza partindo de um viés desfavorável às mulheres ou aos domicílios chefiados por mulheres.” Segundo estes autores, “o termo também pode ser usado para significar um aumento da pobreza devido às desigualdades entre homens e mulheres.” Cf. MEDEIROS, M; COSTA, J. (2008). O que entendemos por “feminização da pobreza?”. Disponível em <http://www.ipc-undp.org/pub/port/IPCOnePager58.pdf>

⁵ Uma vez que sou mulher, negra, diarista, filha e irmã de empregadas domésticas, oriundas da camadas pobres da sociedade e contando, atualmente, com 54 anos de idade.

A construção do **objeto** desta pesquisa, isto é, a realidade sócio-laboral das mulheres diaristas na cidade de Salvador, resultou de muitas leituras e reflexões desenvolvidas ao longo desta graduação em Estudos de Gênero e Diversidade, das quais emergiram as seguintes interrogações: Quem somos nós, as diaristas da cidade de Salvador? Qual o nosso perfil sócio-econômico e cultural? O que nos leva a ingressar e/ou permanecer no trabalho doméstico autônomo e informal? Qual a nossa opinião sobre a informalidade? Quais os aspectos positivos e negativos do emprego doméstico sem vínculo? Quais os impactos deste tipo de trabalho em nossas vidas, de um modo geral? Quais os sonhos, desejos, conquistas, medos e frustrações vivenciados no contexto da informalidade laboral? Quais as nossas perspectivas futuras?

Com base nas inúmeras leituras sobre o tema, e levando em conta uma realidade já conhecida de maneira empírica e assistemática, a título de hipóteses arrisquei as seguintes deduções: as desigualdades e hierarquias sociais de gênero, raça, classe e geração contribuem, sobremaneira, para o ingresso e/ou permanência de muitas mulheres no emprego doméstico de um modo geral; a ocupação de diarista é, na maioria das vezes, a única alternativa para mulheres com baixa escolaridade e idade acima de 40 anos; o trabalho como diarista é percebido, por muitas mulheres, como uma *opção mais vantajosa* do que o emprego doméstico formal, dada as possibilidades de maior remuneração e de conciliação do binômio trabalho/família; apesar desta suposta *vantagem*, a histórica desvalorização deste tipo de trabalho, aliada à informalidade e à precarização desta decorrente, gera impactos negativos nas condições de vida das diaristas, fragilizando ainda mais sua saúde física e psicológica e frustrando sonhos e perspectivas de efetiva proteção jurídica e social.

Para fins de verificar a comprovação ou não das hipóteses acima apresentadas, tomou-se como campo empírico um conjunto de seis mulheres diaristas da cidade de Salvador-BA, todas trabalhadoras domésticas informais e autônomas, sendo cinco delas cadastradas no Programa de Apoio ao Trabalhador Autônomo-PATRA, vinculado à Secretaria de Emprego, Renda e Esporte do Governo do Estado da Bahia.⁶

⁶ Programa de intermediação para o trabalho autônomo, desenvolvido pelo Serviço Estadual de Intermediação para o Trabalho - SineBahia, da Secretaria do Trabalho, Emprego e Esporte do Governo do Estado da Bahia. Para ingressar neste Programa o(a) trabalhador(a) interessado passa por uma seleção criteriosa, que compreende entrevista, teste de conhecimentos gerais e treinamento profissional. O objetivo central do Programa é promover a autonomia e renda para prestadores de serviço, através da intermediação de mão de obra que atenda às necessidades dos clientes que solicitam serviços de autônomos das mais diversas modalidades, tais como pedreiros, eletricitas, jardineiros, motoristas, diaristas, etc. O referido serviço tem uma unidade central que fica localizada na sede do SineBahia, em Salvador e outras espalhadas por diversos municípios baianos, merecendo destaque as unidades com sede

A relevância social e científica desta pesquisa reside em sua própria razão de ser, isto é, trazer à luz a realidade sócio-laboral das mulheres diaristas na cidade de Salvador, objetivando contribuir com as presentes e futuras lutas e em prol dos direitos e das políticas voltadas para a proteção e promoção desta categoria. Além disto, a pesquisa é relevante porque não existem trabalhos acadêmicos, com enfoque de gênero, voltados para esta temática e com este público específico na cidade de Salvador; havendo, no entanto, aqui e em outros lugares, muitas pesquisas acerca da condição das empregadas domésticas mensalistas, assim como outras tantas voltadas para a análises dos aspectos estritamente legais desta atividade.

Como referencial teórico, o presente trabalho se baseou em produções científicas de autoras(es) que exploram conceitos como: trabalho doméstico, trabalho doméstico remunerado, informalidade, divisão sexual do trabalho, desvalorização e precarização laboral, dentre outros, todos analisados à luz das teorias feministas, mais particularmente a partir da compreensão das interseccionalidades entre as categorias de gênero, raça, classe e geração, assim como pela noção de cidadania em perspectiva feminista, tomando de empréstimo, mais especificamente, as ideias de Virgínia Vargas Valente (2000), para quem a cidadania pode ser vista em sua perspectiva histórica e estrutural, mas também precisa ser analisada a partir de suas dimensões objetivas e subjetivas, as quais permitem identificar avanços e recuos, bem como medos, temores, inseguranças e vulnerabilidades presentes na condição de vida de determinadas mulheres.

O texto a seguir está desenvolvido em quatro capítulos; sendo que o primeiro é dedicado ao percurso teórico-metodológico; o segundo apresenta o perfil e a trajetória das mulheres entrevistadas; o terceiro evidencia as condições de trabalho das diaristas e o quarto, por sua vez, trata de suas opiniões, dificuldades, sonhos e perspectivas futuras, seguindo-se, logicamente, pelas considerações finais.

I- PERCURSO METODOLÓGICO E FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Este capítulo apresenta, de forma pormenorizada, a metodologia utilizada ao longo da pesquisa, destacando, por considerar relevante, as diversas estratégias de coleta dos dados, as emoções do e no campo, o *modus operandi* da organização e a interpretação dos dados. Além disto, traz os fundamentos teóricos da investigação, apresentando e discutindo os principais conceitos utilizados.

1.1 Estratégias de investigação

Por se tratar de uma pesquisa de cunho qualitativo, mais precisamente na sua modalidade exploratório-descritiva, adotou-se como estratégia de aproximação da realidade e como instrumental de coleta de dados, a entrevista semiestruturada, além de questionário específico e diário de campo (GIL, 2008). Apesar da combinação de métodos, a principal estratégia utilizada foi a entrevista semiestruturada, realizada com seis mulheres diaristas que desenvolvem seus trabalhos na cidade de Salvador. Como critério de escolha, priorizou-se diaristas com mais de dois anos de efetivo exercício nesta atividade laboral e com disponibilidade de tempo e interesse em contribuir com a pesquisa. Vale destacar que, apesar do interesse explicitado, todas as colaboradoras condicionaram sua participação a datas coincidentes com seus dias de folgas ou eventuais feriados.

Com relação ao universo da pesquisa, vale registrar que, inicialmente, foram contatadas treze diaristas, mas apenas seis tiveram condições de colaborar com a investigação. Todos os encontros foram agendados por telefone, sendo que alguns deles foram remarcados mais de uma vez, em face de intercorrências relacionadas à vida laboral e/ou familiar de algumas das entrevistadas.

Visando atender as normas de caráter ético, foi solicitada autorização das colaboradoras para realização das entrevistas, as quais foram informadas de que seriam gravadas para posterior transcrição. O termo de concordância e livre consentimento, cujo teor está anexado a esta monografia, foi lido e explicado, mais de uma vez, antes de ser assinado por todas as entrevistadas, em obediência às regras acadêmicas.

Conforme foi destacado, além das entrevistas, a pesquisa também se utilizou de um questionário específico, cujo teor se encontra em anexo, visando identificar o perfil sócio, econômico e cultural das diaristas. Além disto, foi feito diário de campo, o qual se destinou a registrar detalhes dos encontros, especialmente os “silêncios eloquentes”

decorrentes das lembranças provocadas pelas perguntas relativas às trajetórias pessoais e ao cotidiano laboral. Tais instrumentos foram muito úteis na captura dos dados e na escolha dos conceitos que possibilitaram conhecer e visibilizar a realidade desta categoria laboral socialmente invisível.

Ainda com relação às entrevistas, importa registrar que estas foram desenvolvidas à medida que as diaristas tinham dias e horários disponíveis, sendo que os encontros foram realizados em lugares e horários distintos, durante os meses de agosto e setembro de 2014. Para fins de registro, foi utilizado um antigo gravador disponibilizado por minha orientadora, tudo em consonância com o roteiro de pesquisa e o questionário em anexo.

Os encontros foram realizados em sua maioria nas residências das próprias entrevistadas, sendo que um deles foi realizado no espaço público, mais precisamente em uma grande praça desta cidade, em atendimento ao pedido da própria colaboradora, que gentilmente se dispôs a falar depois de um exaustivo dia de trabalho. Outras possíveis entrevistadas não puderam colaborar em face da indisponibilidade de tempo, uma vez que todas, além de trabalharem em domicílios alheios, também são responsáveis pelas tarefas domésticas de seus próprios lares, o que configura a manifestação da dupla e até da tripla jornada na vida destas mulheres. Vale registrar que uma delas ainda insistiu por participar da entrevista por meio do telefone, durante o horário político, no entanto, não foi possível atendê-la em razão da necessidade da coleta da assinatura no termo de consentimento livre e esclarecido, já que o prazo para finalização do campo estava expirando.

As colaboradoras que desistiram ou que não puderam contribuir com a pesquisa residem em bairros periféricos desta cidade, tais como: Fazenda Grande, Km 17 em Itapuã, fim de linha da Fazenda Coutos, Pirajá, Bairro da Paz, Valéria e bairro de Brotas. É válido fazer este registro porque muitas delas acordam pela madrugada para, como dizem, “adiantar os afazeres em casa,” antes de se deslocarem para o trabalho que, em geral, se localiza em bairros nobres ou centrais da cidade, absolutamente distantes de seu local de moradia, o que as obriga, muitas vezes, a pegar mais de um transporte coletivo.

Vale reiterar, ainda, que antes de todas as entrevistas, o objetivo do presente estudo foi devidamente exposto, bem como esclarecidas todas as dúvidas relativas à sua utilização. Após isto, as participantes reafirmaram seu interesse em contribuir com a ciência, expondo suas trajetórias e experiências. As entrevistas tiveram duração de uma

hora, mais ou menos, sendo que após seu término, todas as gravações foram ouvidas pelas mesmas em companhia desta pesquisadora. Nesta ocasião, houve muita emoção, uma vez que esta escuta lhes fez reviver e refletir sobre diversas experiências, algumas delas até então latentes ou inconscientemente ocultas.

Com vistas a proteger a identidade das colaboradoras, seus nomes foram substituídos por nomes de flores⁷ correspondentes às características de cada uma delas, segundo seu temperamento ou jeito de ser. Os nomes das flores foram sugeridos por esta pesquisadora e gentilmente acolhidos pelas interlocutoras. São elas: Flor de Cactos, Flor de Lótus, Hibisco, Girassol, Rosa Menina e Orquídea Vinho com listas Brancas.

1.1.2 O campo e suas emoções

Ter consciência da complexidade do objeto desta pesquisa foi algo que tornou a investigação ainda mais desafiadora, sobretudo por se tratar de um estudo desenvolvido por alguém que vivencia a mesma realidade e se depara com o discurso hegemônico da necessidade de praticar o chamado distanciamento analítico-crítico. Além disto, o exercício da escuta me possibilitou não apenas desenvolver minha atividade de pesquisa, mas me transportou para uma realidade que, embora eu considerasse absolutamente familiar, não deixou de me impactar e, até certo ponto, me causar estranhamento, uma vez que eu jamais havia me debruçado, de maneira científica, sobre o tema em questão. Tudo isto me permitiu vivenciar uma experiência completamente nova, porém não menos dolorosa, já que fui lançada num ininterrupto exercício de memória auto reflexiva, embora o que eu tenha vivido até aqui nem de longe se compare às agruras narradas pelas seis entrevistadas.

⁷ A ideia de adotar nomes de flores para identificar cada uma das entrevistadas ocorreu-me durante as atividades de orientação monográfica, quando, em diálogo com minha orientadora, externei a preocupação com a proteção de suas identidades. No entanto, até então, nenhuma de nós conhecia a história Santa Zita, padroeira das empregadas domésticas. Ao descobrir sua história, percebi que a opção pelas flores se revestia de um significado muito maior do que a minha simples e eventual ideia, vez que a vida de Santa Zita esteve vinculada a uma forte e misteriosa relação com as flores. Afinal, conforme relatam as fontes, Santa Zita foi uma camponesa pobre que, na Itália de 1218, aos 12 anos de idade, foi entregue para uma família abastada em favor de quem trabalhou como doméstica durante toda a vida. Por ser uma pessoa bastante generosa e solidária, costumava doar alimentos aos mais carentes. Em certa ocasião, foi flagrada por seus patrões, após denúncia de uma colega, com o avental carregado de mantimentos. Ao ser indagada sobre o que conduzia, respondeu que levava flores e, ao ser obrigada a mostrar o que continha o avental, eis que, misteriosamente, surgiram muitas flores. Zita faleceu em 27 de abril de 1278, sendo que o Papa Pio XII a proclamou padroeira das empregadas domésticas. Em face disto, na data de 27 de abril se comemora o dia da empregada doméstica. Cf. *Santa Rita, padroeira das empregadas do lar*. Disponível em <http://sementesdebem.webnode.com.br/products/santa-zita-padroeira-das-empregadas-do-lar1/>

Durante as entrevistas e, sobretudo, no período de sua transcrição, vieram-me à mente inúmeras reflexões, indagações e perturbações, notadamente quando ouvia, dentre outros, os relatos de Girassol⁸ sobre a postura de um “cliente” que a comparou com um rolo de papel higiênico, dizendo-lhe, sem qualquer respeito ou cerimônia, o seguinte: “você quando não está enrolada, está suja ou amassada.” Diante desta fala, interroguei-me inúmeras vezes sobre como uma pessoa que se diz humana pode receber outro ser humano em sua residência para efetuar uma atividade laboral e a esta se referir como um dejetivo ou um resto de lixo qualquer. Por isto, e para melhor compreender esta e outras situações, muni-me do referencial teórico acessado ao longo do curso, notadamente das discussões acerca das desigualdades de gênero, raça e classe, conforme exponho neste e nos demais capítulos.

Todas as entrevistas trazem uma gama variada de fatos, relatos, relações, questões e conflitos, alguns mais impactantes, outros menos, mas todos referentes a situações que expressam as profundas desigualdades sociais presentes na realidade brasileira.

Como é de se supor, enquanto mulher, negra, pobre e diarista, não tive condições de me manter “completamente” afastada de todas estas questões, até porque a minha opção teórico-metodológica, conforme exposto na introdução, corresponde exatamente a uma escolha por um conhecimento situado e por uma perspectiva subjetiva e politicamente engajada. Assim sendo, admito e registro que a emoção sempre esteve presente ao longo desta pesquisa e, nalguns momentos, tomou conta não apenas da minha pessoa, mas de minha própria orientadora – que é filha de empregada doméstica - e de todas as minhas entrevistadas cujas vidas, nem de longe, conseguem ser plenamente apreendidas e/ou explicadas pelas lentes teóricas vigentes.

1.1.3 Organização e interpretação dos dados

Os materiais produzidos durante as entrevistas, assim como os dados colhidos por meio dos questionários e do diário de campo, foram transcritos e classificados conforme eixos temáticos de significados comuns, tomando por base os conceitos de trabalho doméstico remunerado e, no âmbito deste, a atividade de diarista e as correspondentes situações de: informalidade, precarização, desvalorização e invisibilidade, bem como as noções de interseccionalidade ou imbricação entre os marcadores de gênero, raça, classe e geração.

⁸ Fato narrado pela entrevistada cognominada de Girassol, cujo perfil e experiências estão registrados nos capítulos seguintes.

Para fins de classificação e posterior interpretação, se fez necessário ouvir repetidas vezes as inúmeras gravações para melhor caracterizar os dados. As categorizações foram construídas com base nos princípios teórico-metodológicos e na literatura que fundamenta o presente estudo. Para fins de interpretação, foram analisadas as relações entre a trajetória pessoal e social de cada entrevistada e as razões de seu ingresso e/ou permanência neste tipo de trabalho informal, considerando sua condição étnica e de gênero, dentre outras. Além disto, foram consideradas as condições de trabalho informadas pelas entrevistadas e os impactos desta realidade sobre suas vidas; buscando se ainda identificar e visibilizar seus sonhos, medos, conquistas, dificuldades e perspectivas, tudo à luz das categorias analíticas referidas.

1.1.4 Caracterização do Município

A coleta dos dados empíricos foi realizada na cidade de Salvador, capital do Estado da Bahia. Esta cidade foi a primeira capital do Brasil⁹ e está localizada no extremo leste do referido estado, possuindo cerca de 2,9 milhões habitantes (IBGE, 2012), sendo o município mais populoso do nordeste e o terceiro mais populoso do Brasil. Faz limites com os seguintes municípios: Lauro de Freitas, Simões Filhos, Candeias, Madre de Deus, Salinas, Saubara, Itaparica, Vera Cruz e São Francisco do Conde.

Salvador é polo de exportação, centro industrial, administrativo e turístico do Estado da Bahia. É sede de importantes indústrias do ramo da construção civil e da área petroquímica, além de movimentar recursos por conta de sua rica produção artística e cultural, sendo referência em termos de eventos carnavalescos. Além disto, Salvador sedia importantes instituições de ensino básico e superior, merecendo destaque a Universidade Federal da Bahia-UFBA e a Universidade do Estado da Bahia-UNEB.

Salvador é também uma cidade onde reside a maior população de pessoas negras no Brasil, descendentes de mulheres e homens que vieram de diversas regiões da África, trazidos para serem escravizados(as) pelos colonizadores. Em face disto, esta cidade também foi (e ainda é) palco de muitas lutas e resistências, merecendo destaque a Revolta dos Malês, ocorrida em 1835, visando a libertação do povo negro escravizado e explorado pelas elites dominantes da época.

⁹ A Cidade do São Salvador da Bahia de Todos os Santos foi capital e sede da administração colonial do Brasil até 1763.

Segundo o IBGE (2010)¹⁰, a população de Salvador é formada de 53,3% de pessoas do sexo feminino e de 46,7% pessoas do sexo masculino. Deste total, 51,7% se declara pardo (1.382.543), 27,8% se declara negro (743.718), e 18,9% se declara branco (505.645), além daqueles que fazem parte dos povos asiáticos, 1,3%, e os ameríndios, que compõem 0,3% da população.

No que diz respeito à religião, esta cidade é conhecida por dispor de 365 igrejas católicas, ou seja, “uma para cada dia do ano”, além de inúmeros terreiros e casas de Candomblé. Trata-se de uma localidade onde há um forte sincretismo religioso, havendo festas, como a Lavagem do Bomfim, dentre outras, onde rituais do catolicismo e do candomblé são apresentados conjuntamente, o que não significa dizer que há uma permanente harmonia ou absoluto respeito por parte da sociedade ou dos poderes constituídos com relação às religiões, notadamente as de matriz africana. Além disto, o número de pessoas evangélicas tem crescido bastante anualmente, pois, segundo dados do IBGE (2010), estes cristãos já somam mais de 15% da população soteropolitana. Sem contar que há muitas pessoas espíritas e outras que não professam religião alguma.

Salvador também é uma cidade onde há elevados índices de desigualdade social, os quais se manifestam através do desemprego e do subemprego, das péssimas condições de moradia para grande parte da população, da precariedade e insuficiência dos serviços de saúde, segurança e transporte público e dos altos índices de violência urbana e também doméstica, esta última atingindo, sobretudo, mulheres das variadas classes sociais.

Para enfrentar tais problemas, a população se organiza e se mobiliza como pode, sendo considerável a quantidade de movimentos sociais, sindicatos, entidades, organizações e coletivos que se articulam por toda a cidade com vistas a combater as desigualdades de classe, raça, etnia, gênero, orientação sexual, geração, dentre outros fatores que contribuem para a manutenção do *status quo* social.

Em termos de oportunidades de emprego e trabalho, Salvador também se caracteriza por ser uma capital onde há um grande contingente de pessoas vivendo na informalidade, dentre elas, as diaristas, cuja realidade foi objeto de nossa pesquisa.¹¹

¹⁰ Cf. IBGE. Bahia. Salvador. Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=292740>

¹¹ De acordo com informações obtidas junto ao PATRA, são 670 profissionais autônomos cadastrados no Programa, dentre estes, muitas diaristas cujo número exato, embora solicitado, não tiveram condições de precisar.

1.2 Fundamentação teórica

Neste item, apresentamos o embasamento teórico da pesquisa, destacando conceitos e categorias utilizados para a aproximação e interpretação da realidade estudada. Para compreender o universo das diaristas, faz-se necessário adentrar nos conceitos de trabalho doméstico e de trabalho doméstico remunerado, pois ambos se referem a situações distintas, mas centrais para a abordagem do tema. Além disto, também é importante compreender e refletir sobre as modalidades e formas de mutação do trabalho doméstico remunerado, pois este tanto pode se dar em caráter formal como informal, sendo que, no primeiro caso, na maioria das vezes estamos diante de uma relação de emprego propriamente dita, ao passo que, no segundo caso, podemos estar diante de uma mera relação de trabalho, o que não gera emprego, já que as diaristas são apresentadas como trabalhadoras autônomas. De todo modo, em ambos os casos, o trabalho é desenvolvido no mesmo espaço físico, isto é, na casa de terceiros, que corresponde à esfera privada da vida humana, sempre carregada de (re)significações de ordem cultural.

Vale reiterar que, embora ocupação de diarista seja considerada um trabalho autônomo e, por isso mesmo, diferenciado do emprego doméstico formal, também se realiza no domicílio da pessoa que contrata, ou seja, do(a) “cliente” (como elas costumam chamar) e, em termos de relações sociais e econômicas, guarda estreita semelhança com a experiência vivida pela empregada mensalista, cuja relação de trabalho, ao contrário do que ocorre com a diarista, está formalizada e, pelo menos em tese, protegida por leis trabalhistas e previdenciárias.

Nesta unidade, também são apresentados os conceitos de informalidade, precarização e desvalorização do trabalho, pois estes caracterizam a realidade laboral objeto de nosso estudo e auxiliam na compreensão das experiências cotidianas das trabalhadoras diaristas. Além disto, por se tratar de uma categoria profissional constituída majoritariamente por mulheres, especialmente negras e pobres, também se faz necessário recorrer à noção de interseccionalidade, ou seja, um conceito que se refere à existência de imbricações entre os marcadores sociais de gênero, raça, classe e geração, assim como seus efeitos, pois conforme apontam os estudos feministas, estes interagem entre si, complexificando as relações sociais e, conseqüentemente, afetando ou mesmo gerando outros fenômenos de ordem sócio-cultural (HEILBORN et al, 2010).

Isto posto, passamos a destacar a existência de (e a diferença entre) trabalho doméstico e emprego doméstico, para após, também estabelecer diferenciação entre

emprego doméstico formal e emprego (ou trabalho) doméstico informal, já que é nesta última modalidade que se insere a ocupação das diaristas. De acordo com algumas autoras, o trabalho doméstico se caracteriza por ser um trabalho atribuído às mulheres, as quais o realizam, seja como dona de casa, seja como empregada doméstica, no âmbito do domicílio, tendo como objetivo a criação de bens materiais ou simbólicos para o consumo da família, para a reprodução da vida ou para viabilizar o trabalho produtivo de outros membros da família (LAVIANAS *et al*, 2002; MOTTA, 1992; ÁVILA, 2009; SANTOS, 2012).

Na abordagem acima, as autoras não distinguem trabalho de emprego doméstico, valendo destacar que esta distinção se impõe não tanto pela natureza do trabalho em si, porque em geral é o mesmo, mas pelas relações estabelecidas entre quem realiza o trabalho e quem se beneficia do mesmo. Quando se fala em emprego doméstico, portanto, quer-se dizer que o trabalho doméstico está sendo realizado mediante contrapartida ou pagamento, estabelecendo-se, para tanto, uma relação de emprego que, segundo a lei, é sempre de natureza pessoal, onerosa e subordinada.

Outra questão relevante para o entendimento do objeto da pesquisa, é o fato do trabalho doméstico ser uma atividade, histórica e majoritariamente, desenvolvida por mulheres, fazendo-se importante a utilização do conceito de divisão sexual do trabalho para uma melhor compreensão deste fenômeno. De acordo com Kergoat (2003, p. 55), a divisão sexual do trabalho “é a forma de divisão do trabalho social” que decorre, antes de tudo, “das relações sociais de sexo” que geram, e também se apoiam, na separação dicotômica da vida em duas esferas distintas: a esfera pública e a esfera privada, que também correspondem à esfera produtiva e à esfera reprodutiva.

De uma maneira geral, ao longo do complexo processo de construção sócio-cultural dos gêneros masculino e feminino, as sociedades vão designando papéis, atribuições e posições socialmente diferenciadas para homens e mulheres, criando assim a chamada divisão sexual do trabalho. Esta divisão é caracterizada, sobretudo, pela expectativa do protagonismo exclusivo, quando não majoritário, de homens na esfera pública, tida como a esfera produtiva, onde se desenvolvem as funções de maior prestígio e respeito social, tais como as atividades políticas, religiosas e militares. Já para as mulheres, essa ordem de gênero reserva o protagonismo na esfera reprodutiva, tida como o espaço privado, doméstico, onde acontecem as atividades de menor importância ou prestígio social (COSTA, 1998).

Vale frisar que essa forma de dividir socialmente o trabalho, conforme Kergoat (2003, p. 56), está baseada em “dois princípios organizadores: o princípio de *separação* (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio da *hierarquização* (um trabalho de homem vale mais que um trabalho de mulher).” O trabalho doméstico, portanto, ao ser realizado na esfera privada, ou seja, no âmbito do domicílio, considerado, historicamente, como o “lugar da mulher,” está inserido entre as modalidades de trabalho reprodutivo, sendo definido por Ávila (1998) como o conjunto das atividades destinadas ao cuidado e à reprodução da vida.

Ao ser realizado prioritariamente por mulheres, o trabalho doméstico serve para reforçar a divisão sexual do trabalho e é bastante funcional e integrado ao modo de produção capitalista, uma vez que “a forma como o capitalismo se organiza como sistema reforça a desvalorização e invisibilidade do trabalho doméstico na sociedade e, por conseguinte, o trabalho das mulheres” (BARBOSA; SOARES, 2012, p. 4). Apesar do trabalho das mulheres no âmbito do domicílio não ser considerado um trabalho produtivo pelo capitalismo e por seus estudiosos, este não é o único modo de produção que não valoriza a atividade laboral feminina, pois, de acordo com Barbosa, (2011, p. 2): “historicamente, em todas as sociedades as mulheres trabalharam, desenvolvendo as tarefas do campo do privado, da família, as tarefas mais minuciosas e repetitivas, o trabalho doméstico sempre foi uma tarefa de sua autoria.” Portanto, o capitalismo apenas retoma esta visão e a reproduz ou modifica parcialmente, conforme suas necessidades, interesses e momento histórico.

No que se refere à experiência brasileira, a mencionada autora destaca que, desde o Brasil colônia, “as mulheres negras trabalhavam nas casas grandes exercendo diversas tarefas [tais como]: limpar, cozinhar, lavar e o cuidado com os as crianças e os doentes.” Esta realidade vem se perpetuando até os dias atuais, pois em nossa sociedade ainda é bastante difundida a ideia de que essas tarefas são de responsabilidade exclusiva das mulheres, as quais devem realizá-las “com destreza, amor e benevolência” (BARBOSA, 2011, p. 3).

Apesar da manutenção da visão acima mencionada, desde o advento da industrialização, e sobretudo a partir da década de 1970, no mundo inteiro, e no Brasil especialmente, houve um massivo ingresso de mulheres no mundo do trabalho produtivo, na condição de assalariadas, gerando não apenas o reconhecimento da capacidade produtiva das mulheres pelo capital, como uma série de reflexões teóricas acerca da exploração do trabalho nas fábricas e a acumulação deste com as atividades

domésticas (SAFFIOTI, 1979; COSTA, 1998). Sobre estas questões, vale destacar a seguinte reflexão desenvolvida por Barbosa (2011, p. 4),

Embora, nos últimos 40 anos, as mulheres tenham alcançado direitos no campo da educação, política e saúde sexual e reprodutiva, além da participação no mercado de trabalho, apontando avanços sociais e culturais significativos, o exercício o trabalho doméstico ainda é tarefa exclusivamente feminina.

Eis portanto, uma porta de entrada para a compreensão da importância do trabalho doméstico, bem como para a percepção da tripla opressão/exploração a que estão expostas a maioria das mulheres e em especial as mulheres das camadas negras e pobres: a opressão de classe, a opressão de gênero e a opressão de raça, ou seja, a incidência da exploração/dominação capitalista, da exploração/dominação patriarcal e da exploração/dominação decorrente do racismo, sobre um grande contingente das pessoas do sexo feminino (SAFFIOTI, 1992). Com relação a isto, Barbosa (2011, p. 3) diz o seguinte:

É evidente que as mulheres são exploradas pelo capitalismo e pelo patriarcado ao exercerem exclusivamente as tarefas domésticas, porque o tempo que elas levam para organizar o campo da reprodução, como o cuidado com a educação, a saúde, a alimentação e a vestimenta não é computado, é exercido gratuitamente e de forma inesgotável.

De todo modo, até aqui nos referimos mais atentamente ao trabalho doméstico não remunerado, sendo importante agora nos referirmos ao trabalho doméstico remunerado, a fim de que possamos nos aproximar da ideia de emprego doméstico e, neste bojo, da ocupação de diarista, objeto desta pesquisa.

O trabalho doméstico enquanto emprego, embora se diferencie do trabalho doméstico não remunerado ou exercido a título gratuito, segue guardando com aquele algumas características muito particulares, tais como: a ideia de que é uma ocupação tipicamente feminina, a noção de que é um trabalho desvalorizado socialmente e a convicção de que merece ser retribuído com baixa remuneração, já que para realizá-lo não se exige comprovação de conhecimentos específicos ou formação técnica ou acadêmica na área. Sobre a definição de trabalho doméstico remunerado, Cruz (2012, p. 20) diz o seguinte:

Embora o trabalho doméstico [remunerado] seja mais reconhecido pela execução de serviços gerais em ambiente residencial, a legislação que o rege com base na última definição do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o define como prestação de serviço

residencial contínuo, sem finalidade lucrativa para o empregador. Nesse sentido enquadram-se como trabalhadoras (es) domésticas(os) babás, cozinheiras (os), lavadeiras (os), arrumadeiras (os), caseiras (os), jardineiras(os), acompanhantes de idosos e auxiliares de enfermagem que trabalhem no domicílio.

A definição acima está pautada na Lei 5. 859/72, regulamentada pelo Decreto nº 71. 885/73, que rege o trabalho doméstico no Brasil.¹² Vale destacar que esta lei previa tratamento diferenciado das demais categorias profissionais, o que foi alterado com o advento da Emenda Constitucional nº 72/2013, originada pela PEC 66/2012, mais conhecida como PEC das domésticas, aprovada em 26 de março de 2013 com o objetivo de equiparar, em termos de direitos, a categoria dos(as) empregados(as) domésticos(as) às demais categorias profissionais.¹³

O trabalho doméstico remunerado é considerado um emprego não somente porque há uma lei específica que o regulamenta, mas também porque se trata de uma área profissional que, segundo a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio- PNAD, divulgada em 2012, empregou 6.355.000 pessoas somente no ano referido; sendo que 1.900.000 destas estavam trabalhando de maneira formal, o que corresponde a 29,90% do total, e 4.455.000, estava trabalhando na informalidade, o que corresponde a 70,10% do total de pessoas empregadas neste ramo, no período.

Dentre as pessoas que ganham a vida desenvolvendo trabalhos domésticos na informalidade estão as diaristas que, em dez anos, isto é, de 2003 a 2013, passaram de um percentual de 12% para 23% das mulheres que trabalham em casas de família nas seis maiores regiões metropolitanas do país,¹⁴ onde, de um universo de 1,43 milhão de trabalhadoras domésticas, constituem um total de 340 mil (PNAD, 2012).

¹² Além da referida lei, o trabalho das domésticas, no que tange ao pagamento de impostos e contribuições previdenciárias, também se encontra-se regulamentado pelas seguintes normas jurídicas: Lei 9.250, de 26 de dezembro de 1995, Lei 8.212, de 24 de julho de 1991, Lei 8.213, de 24 de julho de 1991 e Lei 11.324, de 19 de julho de 2006. Não esquecendo a Emenda Constitucional nº 72, de 27 de março de 2013, cujo texto “altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais” (BRASIL, 2013).

¹³ As trabalhadoras domésticas no Brasil começaram a lutar desde a década de 1930, através de suas primeiras organizações, com vistas a obter do Estado reconhecimento e regulamentação profissional, tendo logrado êxito parcial somente na década de 1970, ou seja, quase trinta anos depois da criação da Consolidação das Leis Trabalhistas, que data de 1943. Nem mesmo na Constituição de 1988, festejada como Constituição Cidadã, a categoria das domésticas obteve os mesmos direitos que outras categorias profissionais. A aprovação da Emenda Constitucional que amplia e equipara seus direitos é, portanto, uma conquista dos movimentos e das entidades sindicais das domésticas brasileiras. Mesmo assim, nada diz sobre o trabalho das diaristas.

¹⁴ Cf. matéria divulgada pelo Jornal O Globo, no Caderno de Economia, em 15/07/2013 sob o título “Domésticas: Em dez anos, número de diaristas aumenta, enquanto o de mensalistas encolhe” Disponível

A ocupação de diarista, como já foi destacado, não está prevista na lei que regulamenta a profissão do(a) empregado(a) doméstico(a), pois, conforme reza esta norma jurídica, considera-se empregado doméstico “aquele [sic] que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família no âmbito residencial destas, aplica-se o disposto nesta lei” (BRASIL, 1972). Vê-se, portanto, que apesar do indiscutível aumento de mulheres trabalhando como diaristas, sobretudo nos últimos anos, a legislação não se atualizou, pois quando a referida lei foi elaborada - assim como ao longo dos anos que se seguiram - grande parte das empregadas domésticas trabalhavam, e ainda trabalham, como mensalistas, com ou sem carteira assinada. Apesar disto, nem mesmo a PEC das domésticas, que foi aprovada no ano passado, tratou de contemplar as diaristas.

Vale destacar que, de acordo com a legislação trabalhista em vigor,¹⁵ conforme nos lembram Prisco; Carvalho e Gomes (2013, p. 10), só se configura uma relação de emprego quando em determinada realidade estão presentes os seguintes elementos, que devem existir conjuntamente: “pessoalidade, subordinação jurídica, onerosidade e não-eventualidade. [Pois] São esses critérios que determinam se uma profissão será considerada ou não uma relação de emprego, como acontece com as diaristas.”

O debate jurídico em torno desta questão, tem se desenvolvido, sem muito consenso, através da dita “doutrina jurídica” e da jurisprudência de alguns tribunais, sobretudo depois que algumas diaristas resolveram recorrer à Justiça com o objetivo de obter reconhecimento da relação de emprego e, conseqüente, pagamento de direitos trabalhistas. Desde então, operadores jurídicos tem se debatido basicamente em torno dos elementos acima mencionados pois, conforme divulgado do site JusBrasil (2014)¹⁶,

Os serviços prestados por diarista que comparece para o trabalho, uma ou duas vezes na semana, não se confundem com o trabalho doméstico previsto na Lei 5.859/72, eis que ausentes os requisitos da continuidade na prestação de serviços e da subordinação.

Pelo visto, a divergência está em torno das noções de subordinação e não-eventualidade, uma vez que, conforme argumentam, a diarista, por ser autônoma, não

em <http://oglobo.globo.com/economia/domesticas-em-dez-anos-numero-de-diaristas-aumenta-enquanto-de-mensalistas-encolhe-9034073>.

¹⁵ O artigo 3º da Consolidação das Leis Trabalhistas diz o seguinte: “Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário” (BRASIL, 1943).

¹⁶ JusBrasil. Direito doméstico. Disponível em <http://direito-domestico.jusbrasil.com.br/noticias/2410532/o-que-diferencia-uma-diarista-de-uma-empregada-domestica>

está subordinada e, por trabalhar um ou dois dias por semana numa mesma casa, não realiza um trabalho contínuo e regular, mas eventual, diferentemente de uma mensalista, por exemplo. Sobre a questão da subordinação, este é um ponto que merece reflexão, já que, embora a diarista chame seu(sua) contratante de “cliente,” ela não exerce sua atividade conforme sua própria vontade ou segundo suas condições, mas sim de acordo com as exigências, necessidades e ordens do(a) solicitante (ou cliente), existindo, na prática, uma relação de subordinação, hierarquia e desigualdade entre ambos(as), mascarada não somente pela ausência de norma jurídica, mas pela adoção da nomenclatura “cliente,” pois este termo, na verdade, não expressa exata e fielmente o tipo de relação estabelecida entre a diarista e quem a contrata. Até porque as diaristas, por serem mulheres oriundas das classes subalternas da sociedade, em geral negras, não apenas se sujeitam a este tipo de trabalho por não terem condições de exercerem outro ofício, com maior remuneração e valorização social, como estão, em muitos casos, excluídas, inclusive pela idade e nível de escolaridade, das exigências do seletivo e injusto mercado de trabalho formal.

De todo modo, o Dicionário Jurídico Virtual¹⁷ define a diarista como “aquele [sic] que recebe por dia de trabalho.” Além disto, conforme destacam Prisco; Carvalho e Gomes (2013, p. 10):

O Decreto-lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, em seu Art. 65, informa que, “no caso do empregado diarista, o salário-hora normal será obtido dividindo-se o salário diário correspondente à duração do trabalho, estabelecido no art. 58, pelo número de horas de efetivo trabalho” (BRASIL, 1943). Desse modo, aquele que trabalha como diarista receberá imediatamente após o trabalho realizado, não sendo obrigado a retornar, caso não esteja interessado.

Eis, portanto, um pouco da complexa situação das diaristas, pois, embora estas realizem um trabalho doméstico remunerado não são consideradas empregadas domésticas, uma vez que, segundo o entendimento dominante, não tem relação de emprego, mas sim relação de trabalho.¹⁸ Além do mais, conforme dizem, são autônomas

¹⁷ Disponível no site <http://www.jusbrasil.com.br/>

¹⁸ Conforme o entendimento jurídico corrente, há uma diferença entre relação de trabalho e relação de emprego. A relação de trabalho existe sempre que alguém desenvolve um trabalho para outra pessoa, seja ela física ou jurídica, entendendo-se por trabalho “todo esforço intelectual ou físico destinado à produção.” Neste caso, podem realizar um trabalho uma pessoa autônoma, um trabalhador avulso, ou até mesmo um estagiário, sem que exista aí uma relação de emprego. No entanto, se houver atendimento aos requisitos do artigo 3º da CLT, então estarão presentes as condições para que haja relação de emprego. Segundo o entendimento referido, em toda relação de emprego há uma relação de trabalho, mas nem toda relação de trabalho se configura como relação de emprego. É o caso das diaristas, pelo que me foi

e, como tal, laboram na informalidade, o que implica dizer que realizam suas atividades por conta e escolha própria, e por isso mesmo estão sujeitas à precarização, vulnerabilidade, desvalorização profissional. Além da invisibilidade, obviamente.

Diante do exposto, cabe refletir sobre as seguintes questões: as diaristas realmente optam por trabalhar de forma tão desprotegida? O que de fato significa a informalidade para quem desenvolve este tipo de trabalho? Qual a relação entre informalidade e as noções de precarização, vulnerabilidade e desvalorização? Visando lançar luzes sobre este debate, Prisco; Carvalho e Gomes (2013, p. 1) questionam se as diaristas podem ou não ser percebidas como “as novas domésticas em tempos de trabalho precário?” Concordando com estas autoras, acreditamos que também cabe perguntar sobre o que vem a ser trabalho precário e que tempos são estes em que estas condições de trabalho se inserem ou se impõem?

Como resposta às indagações acima, vale reiterar que, conforme apontam diversas autoras (HIRATA, 1998; NEVES, 2004; DRUCK, 2002), a reestruturação do capital vai começar a partir de fins da década de 1970, mas é na década de 1990, com a grande ofensiva neoliberal, que o mundo do trabalho vai passar por uma reorganização onde os objetivos do capital passam a ser, cada vez mais, a corrida por mais lucros e menos gastos com a produção. Ou seja, a nova ordem mundial significa mais acumulação e menos empregos, sobretudo empregos formais, já que estes, segundo dizem, oneram as empresas, o Estado e diversas organizações financeiras, sobretudo as internacionais.

Para uma melhor compreensão da separação entre trabalho formal e trabalho informal, Noronha (2003) *apud* Prisco; Carvalho e Gomes (2013, p. 3), ao fazer um breve resgate histórico, vai pontuar que, entre as décadas de 1930 e 1940, em pleno governo de Getúlio Vargas, foram criadas diversas leis de regulamentação do trabalho, surgindo então o debate em torno do trabalho formal e informal. No entanto, foi somente na década de 1970 que os primeiros questionamentos sobre os efeitos da informalidade na vida dos trabalhadores passaram a ser desenvolvidos, inclusive no mundo acadêmico.

Conforme Lira (2006) *apud* Prisco; Carvalho e Gomes (2013, p. 3) a década de 1980, também conhecida como “a década perdida,” por ter sido o auge da crise econômica mundial, foi caracterizada pela “perda de direitos trabalhistas e sociais que

possível entender. Cf. *Relação de Trabalho e Relação de Emprego*. Disponível em http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=8349

afetou, gravemente, a parcela da população que tinha como única alternativa de subsistência o trabalho formal.” Neste período, houve diminuição dos rendimentos e aumento do desemprego, entrando em cena a informalidade como uma das inúmeras formas de inserção laboral. Acerca deste cenário, Lira (2006) *apud* Prisco; Carvalho e Gomes (2013, p. 3) diz o seguinte:

[...] as políticas neoliberais adequam-se ao processo de mudanças no mundo do trabalho. Através delas, promoveu-se uma série de medidas macroeconômicas, visando à adequação das condições econômicas e sociais às leis do mercado, eliminando progressivamente as chamadas regulações governamentais protetoras, acusadas de inviabilizar a expansão, a produtividade e a competitividade do capital.

Vale lembrar que, além da crise econômica, a reestruturação produtiva já se articulava no sentido da desregulamentação ou da flexibilização dos direitos trabalhistas que atingiu mais fortemente algumas categorias vinculadas a setores estratégicos da economia, tais como trabalhadores da indústria, do comércio e até mesmo do serviço público. Neste momento, a importação de alguns produtos, assim como o crescimento do setor de serviço, deu lugar ao trabalho sem registro em carteira ou por conta própria. “É neste contexto que a informalidade ocupa espaço significativo no mundo do trabalho,” segundo Neves; Jayme e Zambell (2006) *apud* Prisco; Carvalho e Gomes (2013, p. 4). Dito de outra forma, é desde então que o “trabalho informal tem crescido com o objetivo de atender as necessidades de um grande grupo de trabalhadores excluídos das relações de trabalho formais e das garantias a elas vinculadas” (PRISCO; CARVALHO e GOMES, 2013, p. 4).

Diante do exposto, cabe a pergunta que não quer calar: onde é que as mulheres, especialmente as domésticas, e mais particularmente as diaristas, se inserem neste contexto? Ou, dito de outra forma, o que estas mulheres tem a ver com isto? Retomando as reflexões sobre a divisão sexual do trabalho, pode-se dizer que as mulheres, notadamente as negras e pobres, com baixa ou nenhuma escolaridade, enquanto trabalhadoras não-qualificadas e como únicas responsáveis pelas atividades de cuidado e reprodução, são as que tem mais dificuldades de acessar um emprego formal, com carteira assinada, sendo também as mais duramente atingidas pelas crises econômicas, pois estas geralmente lhes privam de direitos elementares, seja em face do desemprego de seus maridos e companheiros, de outros membros da família ou delas próprias, quando já tiveram alguma oportunidade de trabalhar com carteira assinada e se veem lançadas ao desemprego do dia pra noite. (VALENTE, 2000). Diante deste quadro, as mulheres costumam ser as primeiras a buscar “alternativas de ganho” para suprir as necessidades básicas, sobretudo dos filhos e filhas que, geralmente,

em face da divisão sexual do trabalho, dependem delas em termos de assistência e cuidados com a alimentação, saúde, vestuário, educação, moradia, etc.

Com relação ao exposto, algumas pesquisas dão conta de que as mulheres, notadamente as que fazem parte das camadas mais baixas da sociedade, beneficiárias ou não de auxílios do governo, são as que mais se mobilizam em busca de soluções para suprir suas necessidades práticas, tais como acesso a creches, transporte coletivo, postos de saúde, programas de moradia, etc, além de oportunidade de trabalho (MACEDO, 2012). Deste modo, e como forma de driblar os efeitos da crise econômica em suas vidas, constroem novas alternativas ou oferecem sua força de trabalho em áreas ou ocupações ligadas à reprodução e/ou ao cuidado, isto é, em tarefas como cozinhar, limpar, lavar, passar, cuidar, etc. Além disto, quando, por alguma razão, não conseguem oportunidade de trabalho, muitas fazem comida para vender ou se oferecem para cuidar de crianças, enfermos e idosos, o que lhes é bastante familiar em face da realidade vivida, caracterizada pela divisão sexual do trabalho que, em geral, lhes parece “natural”, dada a cultura em que estão imersas e da qual são, ao mesmo tempo, produtos e (re)produtoras.

Mesmo assim, vale pontuar que as mudanças ocorridas no mundo do trabalho se refletem, de forma variada e diferenciada não somente sobre a vida de homens e mulheres, mas entre as próprias mulheres, inclusive. Assim, diante de crises econômicas ou mesmo na batalha diária em busca de emprego, nem todas as mulheres estão expostas às mesmas situações, embora as pesquisas indiquem que, de um modo geral, mesmo as mulheres mais escolarizadas, sempre estão em desvantagem no mundo laboral, havendo inclusive quem ganhe menos exercendo a mesma função, em face das desigualdades de gênero que permeiam a nossa sociedade (HEILBORN et al. 2010). Deste modo, a depender da classe social, da raça/etnia, do grau de escolaridade e até mesmo da idade, algumas mulheres terão mais ou menos possibilidades de acessar determinados empregos ou de neles permanecer diante de períodos de crise econômica ou recessão.

II. DIARISTAS: Perfil, trajetória e realidade social

Este capítulo expõe o perfil e as trajetórias pessoais, sociais e ocupacionais de seis diaristas, visando evidenciar as possíveis imbricações entre as categorias de gênero, raça, classe e geração, e como estas contribuíram para o ingresso e/ou permanência destas mulheres neste tipo de atividade. Os dados contidos nesta unidade foram extraídos das entrevistas e dos questionários aplicados.

2.1 Perfil das diaristas

Neste item apresentamos, de maneira sintética, os perfis das entrevistadas, visando evidenciar os diversos marcadores que perpassam a vida destas mulheres que se dedicam às atividades domésticas de maneira informal. Para tanto, elaboramos duas tabelas. Na primeira delas, é possível identificar a origem, a cor, a idade, o estado civil, a escolaridade e o número de filhos. Na segunda, pode-se perceber, com maior nitidez, as experiências laborais anteriores de cada uma delas, o tempo de serviço como diarista, as razões de ingresso e/ou permanência nesta ocupação, sua renda mensal aproximada¹⁹, quem são as pessoas responsáveis pelo sustento da família em suas casas, o número de dias e horas trabalhados²⁰, além de outras relevantes informações.

Tabela 1: Perfil das diaristas 1

Nº	Nome fictício	Naturalidade	Cor	Idade	Estado Civil	Escolaridade	Nº de filhos/neto/idade
1	Flor de Cactos	Salvador	Parda	57	Casada	Fundamental incompleto	1 filha (24) 1 neta (4)
2	Flor de Lótus	Humildes	Negra	49	Casada	Ensino médio completo	2 filhos (22 e 25) 1 neta
3	Hibisco	Salvador	Parda	40	União estável	Fundamental completo	1 filha (1 ano e seis meses)
4	Girassol	Salvador	Negra	38	Solteira	Fundamental incompleto	1 filha (13)
5	Rosa Menina	Maragojipe	Parda	52	Separada	Ensino médio incompleto	1 filha(17)
6	Orquídea	Serrinha	Parda	48	Divorciada	Fundamental completo	3 filhos (30, 29, 27)

¹⁹ A maioria das diaristas foi reticente ao informar sua renda mensal. Além do fato de terem uma remuneração flutuante e mutável, já que dependem de pessoas que solicitem os seus serviços, quando não tem “clientes” certos, também se sentirão desconfortáveis ao falar deste quesito porque tanto pode acontecer de não ganhar nada em determinado mês, como podem ganhar mais do que o estipulado, pois as vezes cobrem outras colegas ou são chamadas de última hora para realizar uma faxina em final de semana, etc, além de uma eventual gorjeta - o que é bastante raro - ou de trabalhos outros que realizam para complementar o orçamento mensal.

²⁰ Vale destacar que o número de dias e horas trabalhados também é algo que varia bastante, pois em geral podem estar disponíveis para trabalhar todos os dias, mas pode haver desistência por parte de algum cliente que cancela uma faxina e não está obrigada a pagar qualquer espécie de multa ou sofrer qualquer sanção.

Tabela 2: Perfil das diaristas 2

Nº	Nome fictício	Ocupação anterior	Tempo como diarista	Motivo ingresso/permanência na atividade	Renda mensal aproximada (em salários)	Responsável pelo sustento da família	Dias/horas trabalho Por dia	Outras informações
1	Flor de Cactos	Cozinheira restaurante	5 anos	Desemprego/ idade avançada	Até 2 (depende)	O casal	6 -8h (depende)	Católica Filha e irmã de empregadas domésticas Casa própria
2	Flor de Lótus	Auxiliar de serviços gerais	2 anos	Desemprego Falta de experiência noutra área Necessidade	1 e meio, Até 2 ou mais (depende)	O marido	5-8h (depende)	Evangélica Casa própria Renda complementar (aluguel de imóvel) Curso técnico em enfermagem
23	Hibisco	Empregada doméstica mensalista	13 anos	Desemprego Necessidade Conciliar trabalho/família	Até 2 (depende)	O casal	5d 8h (depende)	Evangélica Casa própria Depende de creche
4	Girassol	Cozinheira	15 anos	Desemprego Necessidade Falta de opção	Até 2 (depende)	A própria	5d 8h (depende)	Não tem religião Casa financiada
5	Rosa Menina	Caixa em mercado e farmácia	14 anos	Desemprego Necessidade Idade avançada Conciliar trabalho/família	Mais de dois	A própria	6d 8h (depende)	Evangélica Casa alugada Renda complementar (costura) Aluga quarto
6	Orquídea	Cozinheira de restaurante	2 anos	Mudar de atividade Idade avançada	Até 2 (depende)	A própria	5d 8h	Católica Casa própria Mora sozinha

2. 2 Trajetórias e realidade social

Flor de Cactos

Filha e irmã de empregadas domésticas, mãe de uma filha de 24 anos - que trabalha em empresa de telemarketing - é avó de uma neta de 4 anos. Reside em bairro popular, estudou até a sétima série, é católica e casou-se há pouco tempo, depois de conviver, por 35 anos, com o atual esposo. Nunca se relacionou com outros homens. Sobrevive como diarista há 5 anos e não tem vínculo com o PATRA em face de sua idade ser superior à idade máxima estabelecida para ingresso no programa, isto é, 40 anos. Toda sua renda é destinada a ajudar o marido nas despesas domésticas. Mora em casa própria, composta por dois quartos, duas salas, cozinha, banheiro e área de serviço.

Sua filha reside em casa vizinha e sua neta costuma ficar em sua companhia ou de seu esposo, em horários específicos. Organiza seu tempo para poder arrumar a casa, preparar a comida para a neta filha e marido, com quem se reveza para levar e trazer a criança da escola. Sua renda mensal gira em torno de um a dois salários mínimos e não é contribuinte do INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social). Antes de exercer a atividade de diarista, trabalhou por muitos anos, com carteira assinada, como cozinheira de restaurante. Após o desemprego, em face da idade, não foi mais aceita no mercado de trabalho formal, tendo como única opção a ocupação de diarista, após ser recusada várias vezes em entrevistas de emprego sob o argumento de “a vaga já está preenchida” ou “sua idade é elevada”. Geralmente não tem tempo para o lazer mas, uma vez ao ano, “quando sobra algum dinheiro”, participa de passeios pelo interior da Bahia com o marido e a sogra. Aos domingos costuma ir à missa. Esta entrevista foi realizada em sua residência, numa tarde de um domingo do mês de agosto de 2014, único dia que a entrevistada tinha horário disponível.²¹

Flor de Lótus

Com dois filhos maiores idade, é evangélica (Testemunha de Jeová) e é vinculada ao PATRA. Toda sua renda, que gira em torno de um a dois salários mínimos, é destinada às suas próprias necessidades, vez que, segundo a mesma, o marido, que é vendedor de cafezinho, “é o mantenedor das despesas de toda a família”. Mora em casa própria, composta de três quartos, uma sala, um banheiro e uma área de serviço. Sua renda também é complementada com o aluguel de uma casa situada embaixo da sua, que nunca fica desocupada. Mora em companhia do marido e dos filhos que já trabalham, um de 22 e outro de 25, que já é pai mas não convive com a filha. Apesar disto, Flor de Lótus costuma receber a neta em sua casa nos fins de semana, quando tem “oportunidade de romper com a rotina”. Sua escolaridade é o ensino médio completo e a mesma é contribuinte do INSS. Antes de exercer a atividade de diarista, fez curso profissionalizante de técnico em enfermagem, enquanto trabalhava como

²¹A escolha do nome Flor de Cactus para caracterizar a entrevistada se deu em face da mesma se identificar como uma mulher forte e resistente, que já travou muitas batalhas na vida, embora seja reticente ao falar das dificuldades enfrentadas como diarista. Flor de cactus se considera uma prova viva de que “com força de vontade e vitalidade, é possível superar qualquer obstáculo”. No mundo da natureza, esta flor brota de maneira solitária no seio do agreste brasileiro, onde em geral outras plantas não costumam resistir e perecem. Trata-se de uma flor muito bonita e, embora muitos só consigam perceber feiura e aspereza, representa a força interior das pessoas. Apesar de muitos espinhos e nascer em lugar seco, esta flor decora as suas palmas espinhosas com belas flores sublimes. Todos estes aspectos emergem do perfil, da trajetória e da autopercepção da entrevistada.

auxiliar de serviços gerais. Desempregada, e sem experiência e/ou na área em que se qualificou, “o jeito foi buscar trabalho no setor de limpeza, para ajudar, inicialmente, na criação dos filhos quando ainda eram pequenos.” Neste período, a cada entrevista para emprego na área de técnica em enfermagem se deparava com a exigência de experiência comprovada em carteira, entretanto, “como as contas não paravam de chegar, a prioridade foi ajudar o marido no sustento dos filhos.” Mais uma vez desempregada, restou-lhe como opção o trabalho como diarista, o qual não recusou por se tratar de um serviço que é pago no mesmo dia trabalhado e ainda permite organizar seu tempo para outras ocupações. Com relação ao lazer, diz que este só acontece aos finais de semana e quando não tem trabalho agendado, pois participa de congressos evangélicos e viaja para o interior da Bahia onde tem duas casas de veraneio. Esta entrevista foi realizada numa tarde de segunda feira do mês de agosto de 2014, em sua residência, único dia disponível.²²

Hibisco

Vive em união estável há cinco anos e tem uma filha de um ano e seis meses. É evangélica da igreja Batista. Toda a sua renda - que gira em torno de dois salários mínimos - é destinada ao compartilhamento de despesas com o marido. Mora em casa própria, com dois quartos, sala, cozinha e banheiro. Para trabalhar, deixa a filha numa creche localizada no bairro onde mora e costuma ir buscá-la às cinco da tarde, quando retorna do trabalho. Sempre que tem engarrafamento e não consegue chegar a tempo, liga para a creche e pede que a filha fique à sua espera. Seu grau de escolaridade é o fundamental completo e afirma que “apesar de ter muita vontade, não dá mais para estudar porque tenho que criar minha filha.” Passou a ser contribuinte do Instituto Nacional de Seguridade Social quando ingressou no PATRA, ou seja, há 7 anos atrás, já que esta é uma das condições para permanecer no referido programa. Não possui qualquer renda complementar e já trabalhou como mensalista. Seu ingresso nessa atividade seu deu através de conhecimentos com pessoas que trabalham na área, pois estava desempregada “e as contas iam chegando”, então “o único recurso foi recorrer ao trabalho informal para ajudar o marido nas despesas da casa”. Seu lazer é restrito às

²² A escolha do nome Flor de Lótus para representar a entrevistada se deu em face de sua condição de pessoa calma, tranquila, reservada e dedicada à religião. Esta flor desabrocha sobre a água cresce em busca de luz. Costuma ser associada à promessa de pureza e elevação espiritual. Como a entrevistada me recebeu para a entrevista com muita calma, tranquilidade, candura, elegância e disponibilidade, de logo lembrei-me da flor de lótus.

visitas que costuma fazer à sua mãe em companhia da filha, sempre que tem uma folga. Como sua mãe reside em bairro distante, nem sempre consegue realizar este objetivo, “pois é muito demorado e cansativo pegar ônibus nos fins de semana nesta cidade.” Esta entrevista foi realizada no final de linha do bairro onde ela reside, pois não foi possível fazer em sua casa uma vez que na rua havia muito barulho não só de crianças brincando e gritando, mas de aparelhos de som ligados dentro de casas e em bares localizados na vizinhança. Nossa conversa aconteceu durante um sábado à tarde, pois Hibisco²³ estava de folga e reservou este dia para cuidar da casa, da sua filha e do marido, destinando um espaço para colaborar com a pesquisa. No final da entrevista ela fez questão de frisar que a motivação para seguir trabalhando como diarista “é ver sua filha tendo um futuro melhor, com estudo e um emprego decente.”

Girassol

Trabalha como diarista há mais de 15 anos. Toda sua renda - que às vezes ultrapassa dois salários mínimos - é destinada a seu sustento e à criação de sua única filha, assim como ao pagamento das contas da casa. Reside em casa financiada, composta por um quarto, um banheiro e uma sala, além da cozinha e do amplo quintal que fica na parte inferior do imóvel. A área de serviço foi construída por ela própria. Tem ensino fundamental incompleto, no entanto tem planos de voltar a estudar. Não possui renda complementar, mas é contribuinte do INSS, na condição de pequeno empresário pois, segundo ela, a mensalidade está dentro do seu orçamento. Quando criança sua mãe, que era cozinheira, a levava para ser sua “assistente” no trabalho de cozinheira pois, segundo a mesma, o objetivo era evitar que filha entrasse na “vida errada”. Durante o período em que acompanhou sua mãe, aprendeu a cozinhar, se tornando cozinheira de nível I. Tornou-se diarista, mas na função de engomadeira e passadeira, em face do desemprego e de outras circunstâncias e percalços da vida. Após 15 anos como diarista, diz que responde por todas as obrigações de sua casa e que toma conta de sua vida “sem depender de seu ninguém.” As agruras vividas por Girassol, segundo ela mesma, “são as mais profundas e pesadas que uma pessoa pode sofrer”, mesmo assim ela diz ter “determinação para suportar toda dificuldade da vida”. Fala com indignação sobre fatos com os quais se deparou na condição de diarista. Afirma que dá muita importância à família, pois, segundo ela, “todos se ajudam e se protegem,

²³ A ligação da flor Hibisco com a interlocutora se deu simplesmente pela sua tranquilidade na fala, pois, apesar das agruras sofridas, conforme ela mesma diz, “é calma, simples e serena”, assim como a flor de Hibisco, que é colorida, bela e singela.

no respeito e na amizade.” O lazer de Girassol é vivenciado de maneira bem diversificada: organiza e participa de festas familiares, vai à praia, ao cinema e outras vezes fica em casa curtindo sua filha. Seu lema é: “tudo que é bem planejado é possível de realizar.” Apesar das dificuldades, Girassol irradia alegria, felicidade e espiritualidade. Sua entrevista foi realizada num domingo de agosto, por volta das duas da tarde. Sua filha foi me buscar no ponto de ônibus e andamos bastante, descendo ladeiras e subindo escadarias até chegarmos em sua residência. Segundo a filha, eu jamais poderia entrar naquele local desacompanhada, pois poderia ser abordada por traficantes que residem ou transitam no local. Disse-me que o bairro é muito violento e, por isso “é preciso ficar atenta e não comentar nada”, pois, “quem fica de bico calado vive mais”. Ao chegar em sua casa, Girassol mostrou suas conquistas e demonstrou muito interesse na pesquisa, além de admiração pela pesquisadora. Passamos um dia muito agradável, já que Girassol²⁴ não trabalha aos sábados, pois reserva este dia para sua vida pessoal. Apesar da vida difícil e das humilhações que já passou e ainda passa como diarista, ela mesma diz que “não leva desaforo para casa” e nem se deixa abater pelas circunstâncias. Faz planos para melhorar de vida e espera que a filha tenha uma vida melhor. Em sua fala percebe-se a energia de uma guerreira feliz com as conquistas obtidas através do trabalho duro.

Rosa Menina

Evangélica, da Igreja Universal do Reino de Deus, diz que sua renda mensal é de até dois salários mínimos, mais ou menos, mas possui renda complementar como costureira. Além disto, aluga um dos três quartos da casa onde mora, pois a mesma é ampla e ventilada. Antes de trabalhar como diarista, foi caixa de mercado e de farmácia durante alguns anos. Atualmente trabalha na informalidade e está vinculada ao PATRA. Segundo ela, tomou conhecimento que poderia trabalhar como diarista através de amigas que trabalham no ramo. Recentemente sua filha também começou a trabalhar como vendedora e passou a ajudar nas finanças da casa. Em sua fala é percebido que a mesma sofre discriminação por conta do peso e da estatura, que são baixos, além de uma deficiência nas costas. Segundo a mesma, sempre que vai a uma nova casa, se depara com a desconfiança de quem a contrata, pois em geral duvidam de sua capacidade para realizar o trabalho apresentado. No entanto, após a execução do

²⁴ A flor relacionada a esta interlocutora irradia beleza, luz e grandeza espiritual. Girassol é uma flor grande parecida com o sol irradiando calor e vibração positiva e vai sempre na direção do sol. Assim é esta interlocutora, calorosa, vibrante, positiva.

mesmo, às vezes é elogiada pelas habilidades e pelo zelo no exercício das tarefas sob seu encargo. Ela diz ainda que agora ri de situações pelas quais passou, mas já chorou muito durante anos, pois está nessa atividade há mais de 14 anos. O desemprego e a idade considerada avançada são fatores que a levaram a se tornar uma profissional autônoma. Diz que atualmente está no “controle de sua vida”, pois sua “clientela” é fixa, respeita seu trabalho e não tem interesse em aceitar novos “clientes,” pois os atuais já conhecem seu profissionalismo. Dentre seus objetivos estão: voltar a estudar e abrir uma confecção uma vez que, para tanto, já comprou duas máquinas de costura e pretende comprar mais duas, para tornar-se independente e sem trabalho de grande risco. Valoriza muito a família que é constituída por ela e a filha, além das irmãs da igreja, a quem considera muito. Sua renda é direcionada ao seu sustento e da filha. O lazer de Rosa Menina consiste em frequentar a igreja e ir a festas de aniversário das irmãs da igreja, “contanto que nestes dias não esteja de serviço”. Sua entrevista foi realizada num domingo de setembro, às dezoito horas, quando ela foi me buscar num ponto de ônibus próximo da entrada da rua principal do seu bairro. Tivemos um início de noite muito agradável e enriquecedor, no qual conversamos, choramos, tomamos café e eu a escutei atentamente. Depois da entrevista, ela me acompanhou até o ponto de ônibus, desejando-me boa sorte na empreitada.²⁵

Orquídea Vinho com Listas Brancas

Filha de dona de casa, é divorciada, tem três filhos, de 30, 29, e 27 anos, respectivamente. Reside sozinha em casa própria. Seu grau de escolaridade é ensino fundamental completo e não esboça interesse em continuar estudando. Sua renda mensal às vezes ultrapassa dois salários mínimos, porém não possui nenhuma outra renda complementar. É contribuinte do INSS há três anos, desde que se cadastrou no PATRA. Ficou sabendo que poderia se cadastrar no mencionado programa através de amigas que trabalham na mesma atividade. É responsável pelos encargos financeiros de sua casa e antes de ser diarista foi cozinheira de restaurante, tendo abandonado esta função porque, segundo ela já estava “enfadada de receber vapor quente de panelas no rosto”. Entretanto, pela sua idade, ela também acredita que “logo logo seria rejeitada pelo mercado de trabalho.” Sendo assim, “por estar cansada de cozinhar,” decidiu ser

²⁵ A calma e a tranquilidade desta interlocutora fez com que a mesma fosse relacionada a uma Rosa Menina, que é formada por uma rosa entrelaçada com outras. Sua candura e sua doçura é percebida na sua forma de falar. A rosa menina é uma roseira cheirosa que irradiar beleza, simplicidade e dignidade. Esta é mais uma das guerreiras dentre as outras que entrevistei.

diarista. Segundo ela, os filhos já estão criados e casados e “não dão mais tanto trabalho.” Diz não ligar muito para as situações de humilhação e de desvalorização pelas quais passou, mas afirma que ficou “indignada por um bom tempo,” mas seguiu adiante. Atualmente, seleciona os “clientes” entre os “mais respeitosos.” Em alguns momentos, sua fala é contraditória no que diz respeito aos seus direitos, pois ora acha que estes são respeitados, ora reconhece que há abuso contra os mesmos. Seu orçamento é direcionado ao seu próprio sustento, pois os filhos “já estão com a vida arrumada.” A entrevista foi realizada numa terça-feira do mês de setembro, na Praça do Campo Grande, próximo à fonte luminosa, pois este era o único dia e lugar possível para ela, já naquela ocasião estava trabalhando no bairro da Graça. Ao ser perguntada sobre alguma situação desagradável pela qual passou, ficou muito tempo em silêncio, como quem estivesse se protegendo e, após uma boa pausa, nada mais falou. Disse apenas que “o que passou passou,” alegando que isto não mais interfere em sua autoestima, pois, segundo ela, não gosta de dar “ibope” para o sofrimento e por isto evita falar sobre o mesmo.²⁶

2.3 Análise dos perfis e das trajetórias

Conforme exposto, das seis mulheres entrevistadas, três são nascidas, criadas e residentes na periferia de Salvador, sendo que as demais nasceram no interior da Bahia, mais especificamente nas cidades de Maragojipe, Serrinha e Humildes. Porém, todas já residem na periferia desta capital há bastante tempo. Das seis, duas são casadas, uma vive em união estável, uma é solteira, uma é separada e outra é divorciada, mas todas tem filhos, cujas idades variam de um anos e seis meses a trinta anos. Duas delas também já são avós de crianças pequenas, sendo que uma das crianças vive praticamente na casa da entrevistada, dependendo de seus cuidados, já que a mãe trabalha fora.

Das seis, quatro tem casa própria, uma mora em casa financiada e outra reside em casa alugada. Dentre todas, somente duas se reconhecem como negras e as demais se afirmam pardas. Do conjunto das entrevistadas, pelo menos duas são filhas e/ou irmãs de empregadas domésticas, sendo que as outras são filhas de mulheres que se dedicaram, majoritariamente, às atividades do lar ou sobreviveram da venda de comida.

²⁶ O nome da flor Orquídea Vermelha com listas brancas foi atribuído a esta entrevistada pelo fato dela ser uma pessoa bela e falar serenamente, porém sem se aprofundar nos seus conflitos e denotar amargura ou indignação por meio do semblante e da voz.

Quatro informaram terem ingressado no Programa de Apoio ao Trabalhador Autônomo-PATRA, após indicação ou sugestão de amigas e/ou vizinhas que também trabalham no ramo. Apenas uma delas não está vinculada ao PATRA em razão de não ter mais idade para se cadastrar no referido programa. A mais jovem delas, que tem 38 anos, está há 15 anos trabalhando como diarista, passando e engomando roupas, depois de ter auxiliado a mãe no ofício de cozinheira durante sua adolescência.

Quanto ao grau de escolaridade, pode-se perceber que apenas uma delas concluiu o ensino médio, tendo ainda diploma de técnica em enfermagem. Entre as demais, uma tem ensino médio incompleto, duas tem fundamental completo e duas cursaram o fundamental, mas chegaram a concluir.

Conforme ficou evidenciado, as que são casadas ou moram com filhos dificilmente dividem com estes ou com seus maridos a realização dos afazeres domésticos e, quando o fazem, não é de maneira permanente e equitativa, recaindo sobre elas a responsabilidade exclusiva por esta “obrigação” doméstica.

Sobre o quesito religião, três são evangélicas, duas são católicas e apenas uma afirma não ter religião. A renda auferida com a ocupação de diarista é, em regra, direcionada ao custeio das despesas da casa, sendo que apenas uma delas informa destinar todo o seu dinheiro para gastos consigo própria (roupa, cabelo, calçados, saúde, etc), pois, conforme afirma, “o marido paga o resto.” Em que pese receberem até dois ou mais salários mínimos mensais, a depender do número de dias trabalhados, algumas delas precisam complementar a renda, seja desenvolvendo outros trabalhos ou sublocando parte do imóvel onde moram ou outros imóveis de sua propriedade, o que demonstra que utilizam outras estratégias para gerar fontes de renda. Vale ressaltar que a maioria delas possui casa própria, embora nem todos os imóveis sejam devidamente regularizados. Ademais, nenhuma delas é proprietária de automóvel e, portanto, dependem do transporte coletivo que, conforme dizem, é precário, caro, impontual e insuficiente para cobrir toda a população que dele depende.

Vale reiterar que, embora trabalhem fora de casa quase todos os dias da semana, e realizem quase que solitariamente os afazeres do lar, muitas ainda afirmam que trabalham para “auxiliar” o marido no orçamento doméstico, mesmo quando sua contribuição é bem maior que a do cônjuge. Esta manifestação reforça a velha noção de que o trabalho produtivo é o trabalho do homem e o trabalho das mulheres, por mais exaustivo, rentável e imprescindível que seja, não é visto como tal, pelas próprias mulheres. Em face disto, um dado presente na realidade de todas é a dupla ou até

mesmo a tripla jornada diária, uma vez que, segundo relatam, quando não estão trabalhando nas casas dos e das “clientes,” estão trabalhando em suas próprias casas ou servindo aos maridos e cuidando dos filhos e netos ainda pequenos, seja quando estão saudáveis, seja quando estão doentes.

No que tange ao lazer, percebe-se que esta é uma área praticamente inacessível para a maioria delas, pois se limitam a ter uma vida preenchida pelo trabalho e, quando muito, se divertem em casas de familiares ou frequentando igrejas, havendo apenas uma dentre elas, ou seja, a mais nova, que afirma gostar de ir a praia, ao cinema e promover ou frequentar festas com amigos e/ou familiares.

Sendo assim, a análise das trajetórias e da realidade atual das entrevistadas, permite perceber o quanto está mantida, e bastante reforçada, a histórica desigualdade de gênero em suas relações interpessoais e familiares, manifesta não apenas pela divisão sexual do trabalho que as leva a exercer a atividade doméstica dentro e fora de suas casas, mas pelas desigualdades de raça, classe e geração que permeiam suas relações com “clientes” e outros sujeitos sociais de um modo geral.

Outra questão que merece destaque, é o fato de todas serem netas, filhas, irmãs ou amigas de mulheres que se dedicaram às tarefas do lar ou trabalharam como empregadas domésticas, além de ingressarem ou permanecerem nesta atividade em virtude do desemprego, da baixa escolaridade, da ausência de formação profissional e, principalmente, da idade considerada avançada para o mercado de trabalho em geral. Vê-se, pois, que suas famílias, assim como suas relações sociais são constituídas por mulheres que vivem realidades idênticas às suas, já que muitas relatam que tomaram conhecimento do Programa de Apoio ao Trabalhador Autônomo-PATRA, e das possibilidades de atuarem como diaristas, através de amigas ou familiares que trabalham neste ramo e que as convidaram.

Vê-se, portanto, que o perfil das diaristas é caracterizado pelo entrelaçamento de seus pertencimentos de gênero, raça, geração e classe desprivilegiada com as condições sócio-laborais e culturais nas quais estão imersas enquanto sujeitos sociais desprovidos de possibilidades de escolhas, seja em termos pessoais ou profissionais, ou de uma maneira geral.

Como será explorado nos capítulos a seguir, todas enfrentaram ou enfrentam muitas dificuldades e até mesmo violações de direitos no seu cotidiano social e laboral. Cada uma delas, no entanto, tem uma forma diferenciada e específica de encarar, interpretar, conviver e/ou superar seus conflitos e agruras. Algumas delas, em alguns

momentos, ríem das situações passadas como se estas não fizessem mais efeitos sobre suas mentes e corpos. No entanto, ao serem convidadas a refletir de maneira mais detalhada sobre o ocorrido, percebe-se que as ofensas, humilhações e discriminações a que foram expostas deixaram marcas profundas em muitas destas mulheres, embora também tenham contribuído para o seu autoconhecimento e crescimento pessoal.

A maioria delas, no entanto, entende que são discriminadas em razão da ocupação que exercem, ou mesmo da classe social a que pertencem, mas outras acreditam que sua condição de mulher - “já não tão jovem” - contribui para que sejam desrespeitadas. Todavia, nenhuma delas consegue fazer uma ligação entre todos estes fatores de maneira crítica e sistêmica. Além do mais, somente uma delas, no caso Girassol, traz a questão do racismo como algo que está presente nestas relações, quando diz: “como acontecia antigamente, né, alguns [os e as clientes] acham que as mulheres negras existem apenas para servir e só, seja como empregada, seja como prostituta”

A maioria acredita que o poder dos e das “clientes” está no seu nível financeiro e não necessariamente em alguma competência profissional ou prestígio social que detenham. Apesar desta visão corresponder à realidade, acreditamos que perceber as coisas somente deste ângulo pode contribuir para reforçar a ideia de que apenas o capitalismo opera no sentido de gerar exclusão, deixando de lado outros sistemas de dominação que contribuem para a atual situação das mulheres trabalhadoras, e em especial as diaristas, tais como o racismo e o patriarcado.

De todo modo, estas mulheres compreendem que, mesmo sofrendo todas essas “agruras” por elas relatadas, são dotadas de dignidade, de força de vontade, de superação e de valor enquanto seres humanos que são pois, das inúmeras falas, pode-se perceber que a conquista de alguns de direitos e a realização de alguns objetivos é que as estimula a seguir desempenhando suas funções, embora algumas se sintam ou se apresentem muito fragilizadas, inclusive psicologicamente.

III - REALIDADE LABORAL: ingresso, permanência e condições de trabalho

Este capítulo expõe e analisa as razões de ingresso, permanência e condições de trabalho das diaristas, identificando os eventuais ganhos e perdas relacionados a esta modalidade de trabalho; levando-se em conta a noção de informalidade e a consequente precarização que este tipo de trabalho acarreta. Discutimos também a chamada conciliação trabalho/família e os impactos de tudo isto sobre a vida das mulheres e no exercício de sua cidadania.

3.1 Razões de ingresso e/ou permanência na atividade

Ao falar sobre as razões de ingresso e/ou permanência nesta atividade, as entrevistadas, em sua maioria, afirmam que não foram elas que “escolheram” este tipo de trabalho, mas foi a realidade a que estavam/estão submetidas, caracterizada pela sua condição de mulheres, pobres, maduras e com baixa escolaridade, que as empurrou para desempenhar este ofício sem garantias legais. Um exemplo bastante ilustrativo é a fala de Girassol, quando afirma o seguinte:

Eu comecei muito cedo, né? Desde quando minha mãe trabalhava como cozinheira. Ela ficou 32 anos nesse ramo e começou a me levar com ela porque ela tinha medo de eu me envolver em coisas erradas, porque lá onde a gente vivia a coisa era muito pesada. Aí para me resgatar da vida errada, do ambiente errado que a gente vivia, ela me transferiu para estudar de noite e eu passei a ajudar minha mãe que fazia congelamento e era auxiliar de cozinha, entendeu? Foi aí que eu comecei nessa coisa de trabalhar com comida, com alimento, sempre informal, só que hoje eu não mexo mais com comida não. Sou passadeira e engomadeira, né? (Girassol)

A entrevistada Rosa Menina, por sua vez, também afirma que foi “empurrada” para esta atividade por forças das circunstâncias:

Eu estava desempregada, com uma filha de dois anos e ainda criando outra menina, morando de aluguel, separada do marido e fazendo um bico aqui e outro ali. Trabalhar como diarista foi, naquele momento, a minha salvação, num é? Tinha que ser. Era só o que eu pude fazer. (Rosa Menina)

Já Flor de Cactos, além do desemprego, traz o fator geracional como decisivo para sua experiência:

Eu fui demitida do restaurante, onde eu trabalhei como cozinheira por um bom tempo, aí eu me vi desempregada e fui atrás de uma vaga em outros restaurantes, mas não teve jeito, eu não consegui mais, e eu sabia que era por conta da idade, mas eles diziam que a vaga já estava preenchida, mas não tava não.

Teve um que disse assim mesmo, a senhora já tá com idade avançada, o trabalho não é fácil não, tem que pegar de noite também. Aí a única opção foi trabalhar como diarista mesmo e tô aí até hoje, sempre trabalhando né? (Flor de Cactos)

Como é possível perceber pelas falas dessas mulheres, são múltiplos os fatores que contribuem para que elas “aceitem” trabalhar de maneira informal numa atividade tão pouco valorizada socialmente, pois dentre as razões apresentadas, destacam-se o desemprego e, em decorrência deste, a necessidade de suprir necessidades básicas e garantir o sustento dos filhos, assim como a inexistência de outras opções por falta de qualificação, a idade considerada avançada e, no caso específico de Girassol, a necessidade que sua mãe tinha de evitar que a filha crescesse num ambiente violento, já que moravam em bairro periférico, e “o jeito” foi levá-la para ser iniciada, ainda adolescente, no ofício de cozinheira, o que, dentre outros fatores, contribuiu para que a mesma seguisse, ainda que em outra função (engomadeira), a trajetória da mãe que, conforme ela mesma diz, “trabalhou na informalidade por mais de 30 anos.”

Diferentemente das falas acima expostas, Orquídea insiste em dizer que “preferiu” deixar um trabalho de cozinheira, com carteira assinada e todas as demais garantias jurídicas, para sobreviver como diarista, na “aventura da informalidade”, conforme expomos a seguir:

Trabalhar como diarista é melhor do que fixo, que você se acaba de trabalhar e ganha o mínimo possível. Além do mais, aturar gente é a pior coisa do mundo, é melhor aturar um bicho, um animal do que gente, pois é difícil, é difícil mesmo. Eu mesma deixei o emprego formal por causa das injustiças que era demais, fazia tudo e não tinha recompensa de nada, então resolvi ser diarista. (Orquídea)

Apesar da fala acima destacada, a própria Orquídea admite que, em razão da sua idade, “logo logo seria descartada”, caso se desempregasse involuntariamente. Esta percepção demonstra os limites de sua “escolha” em trabalhar como diarista, já que de qualquer maneira, segundo ela própria, em breve estaria excluída do exigente e discriminatório mercado laboral que não acolhe mulheres de faixa etária acima dos 40 anos.

Diante do exposto, pode-se dizer o seguinte: ainda que na atualidade algumas jovens negras oriundas das classes subalternas encontrem melhores condições de acesso à escolaridade e, por conta disto, não necessitem virar diaristas, a situação das entrevistadas, que estão em torno dos 40, 50 e 60 anos, revela a permanência das

dificuldades enfrentadas pelas mulheres pertencentes a estas três gerações em romper com um *script social* e econômico que lhes foi historicamente imposto desde tempo coloniais. Esta constatação corrobora dados divulgados pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos-DIEESE, publicados sob o título de “O Emprego Doméstico no Brasil” (2013), cuja informação traz o seguinte:

Em relação à faixa etária das empregadas domésticas, o maior percentual desses postos de trabalho era ocupado por mulheres de 30 a 39 anos de idade (27,2%), em 2004, ao passo que em 2011, a maior parcela dessas trabalhadoras estava na faixa etária de 40 a 49 anos (28,5%). Cresceu também o percentual de mulheres no emprego doméstico com 50 anos e mais, que passou de 13,7%, em 2004, para 21,9%, em 2011. (DIEESE, 2013, p. 7)

Além de destacar “o crescimento da participação de mulheres mais velhas no emprego doméstico,” a pesquisa informa que

[...] houve redução da proporção de jovens ocupadas na atividade, com o percentual passando de 6,1% para 3,9% para aquelas com idade entre 10 e 17 anos e de 16,8% para 9,3%, entre 18 e 24 anos, nos anos de 2004 e 2011. Isso indica que as mulheres jovens têm buscado outras formas de inserção no mercado de trabalho. Essa mudança de perfil pode ser explicada por diversos fatores, entre os quais o aumento do nível de escolaridade das jovens, o que possibilita a busca por ocupações mais valorizadas socialmente, com melhores remunerações e mais formalizadas que o trabalho doméstico (DIEESE, 2013, p. 7).

Deste modo, nossa pesquisa está em consonância com a pesquisa do DIEESE e tantas outras que apontam resultados neste sentido, pois, quando nos reportamos, a partir do perfil das diaristas e das razões de ingresso das mesmas no trabalho doméstico, vemos o crescente processo de envelhecimento da categoria das domésticas, e mais especificamente das diaristas, o que corrobora os dados do DIEESE quando sustenta que, para as “mulheres com mais de 50 anos de idade as alternativas de uma inserção diferente do emprego doméstico no mercado de trabalho torna-se mais difícil, principalmente quando essas trabalhadoras têm baixo nível de escolaridade”(DIEESE, 2013, p. 7). Diante do exposto, vale dizer que, ao mesmo tempo em que consideramos importante celebrar as mudanças ocorridas na sociedade brasileira no que tange às oportunidades criadas para jovens de camadas pobres nos últimos anos, seja em termos de acesso à escolarização ou de inserção profissional, também se faz necessário destacar a quase inalterada situação das trabalhadoras domésticas, notadamente as negras e

pobres que, ao envelhecerem, seguem sem condições de acesso à plena cidadania, notadamente no campo laboral.

3.2 Perdas e ganhos do/no trabalho informal

Sobre as supostas vantagens do trabalho como diarista, as entrevistadas foram unânimes em dizer que esta atividade lhes permite ganhar um pouco mais e dispor de mais tempo para resolver suas “obrigações” e compromissos, tais como cuidar de suas próprias casas, cuidar dos filhos(as), netos(as) e esposos, ir ao médico quando precisam, acompanhar um parente numa consulta, fazer uma pequena viagem ou ajudar na criação e educação dos filhos(as) ou netos(as), dentre outras coisas. Porém, também de forma unânime, afirmam estarem cientes de que “ganhar mais hoje pode significar perder mais no futuro.”²⁷

Ao serem solicitadas a exemplificar as ditas vantagens, algumas delas disseram o seguinte:

Ter um ou outro dia livre para resolver as coisas da gente é muito bom, ajuda muito, até dá uma sensação de liberdade. Além do mais, tem dias que a gente acorda sem condições de fazer nada e se a pessoa é mensalista, tem que pegar no batente todo dia, na mesma casa todo santo dia. Fora que a pessoa sofre muito, são muitas as dificuldades de quem trabalha fixo, você não tem direito de ir num médico, nem pode pedir para levar um filho na escola, você fica presa ali, naquela casa, naquele horário, essas coisas. Mas cada profissão que você escolhe tem o lado ruim e o lado bom, né? (Girassol)

A vantagem é ter liberdade de trabalhar e ganhar um pouco mais, além de poder ter um tempinho livre para dar atenção a casa, a neta, essas coisas. (Flor de Cactos)

Como diarista eu me programo, eu não tô sujeita ao mau humor de patrão todo santo dia. E também vê aquela mesma cara, que as vezes nem lhe dá um bom dia, essas coisas que a gente passa quando é mensalista. Uma vantagem que eu vejo em ser diarista é poder ganhar um pouco mais também. (Rosa Menina)

Eu vejo como vantagem a pessoa ter a liberdade para ir todos os dias para casa, e se terminar antes poder sair antes, não está todo dia na mesma casa, se gostar daquela pessoa bem, senão não precisa ir mais lá. Além de poder fazer meus horários e ganhar um pouco mais do que se fosse uma mensalista. Até pra ir num

²⁷ Esta frase, proferida por Girassol, sintetiza a concordância das demais entrevistadas com relação ao sentimento de insegurança e de vulnerabilidade a que estão expostas ao trabalharem na informalidade.

médico ou fazer as obrigações da casa da gente é mais fácil, eu acho. (Hibisco)

Percebe-se que as ditas vantagens elencadas pelas entrevistadas correspondem à possibilidade de conciliar o binômio trabalho-família, pois geralmente elas necessitam de mais tempo para poder dar assistência aos filhos, cônjuges e outros parentes, além de, eventualmente, irem ao médico ou acompanhar um filho ou neto na escola, o que, de fato, corresponde às atividades reprodutivas, tidas como tarefas femininas. Diante do exposto, vê-se pelas falas, uma contradição quase insolúvel, pois as diaristas tem necessidade de se desafogar do trabalho remunerado para poder voltar para casa e trabalhar ainda mais, só que de maneira gratuita. Ou seja, no fundo, a vantagem não é tão vantajosa assim, porque nenhuma delas diz que gosta de trabalhar menos para poder ter mais tempo para si ou para se divertir. Trata-se realmente de driblar as dificuldades e aproveitar o tempo para não ter que, por exemplo, dormir tão tarde e acordar tão cedo como costuma acontecer. Quando se referem a ganhar um pouco mais, elas mesmas, como foi exposto, admitem que o ganhar mais num dado momento vai se refletir como uma perda futura, referindo-se à desproteção em caso de velhice ou situações de doença ou incapacidade (ÁVILA, 2002).

Sobre as perdas ou desvantagens, vale destacar as seguintes opiniões:

Todo mundo sabe que quem faz o trabalho doméstico, principalmente na condição de diarista, vive sujeita a viver sem direitos, porque é um trabalho desprotegido sem lei que ampare ou proteja a pessoa. A gente perde muito trabalhando assim, mas fazer o quê, né? A gente precisa trabalhar e trabalhar muito para poder pagar as contas, né? (Flor de Lótus)

Eu trabalho há 14 anos como diarista, e sei que sofro um grande risco, sem vínculo empregatício. (...) Tem dias que eu penso na velhice, como vai ser quando eu não puder mais trabalhar, quando não tiver mais serviço que eu possa pegar, essas coisas a gente sempre pensa, né? (Rosa Menina)

Sobre a informalidade? Eu vejo que tem desvantagens e é muito. Mas também tem ponto positivo. Na informalidade seu serviço é móvel né, você pode estar ou não na mesma casa do cliente na semana que vem, é uma opção particular. Mas a partir do momento que você escolheu em ser diarista, você optou por você ser um autônomo, você assumiu os riscos da profissão, você sabia que hoje ia ter e amanhã podia não ter, mesmo que tenha perda, você optou, né? (Orquídea)

Conforme se pode perceber, as entrevistadas tem plena consciência da condição de precarização do trabalho que desenvolvem. Por isso suas falas revelam preocupação com o futuro e com a velhice, principalmente. Falam em desproteção, em insegurança, em ausência de leis que reconheçam e regulem sua atividade. No entanto, no momento nenhuma delas está organizada para lutar contra esta situação.

A fala de Orquídea, por exemplo, ao se referir à informalidade reproduz uma visão que responsabiliza as próprias diaristas pela sua condição. Sua análise é um tanto contraditória porque ela mesma diz que vê desvantagens e incertezas, mas acaba afirmando que a pessoa já sabia que era assim quando “escolheu” ser diarista. Isso revela uma certa resignação diante da injusta realidade a que está exposta. Ao refletir sobre esta postura de resignação presente em mulheres privadas de direitos, Valente (2000) declara que isto é comum em pessoas que não estão organizadas política e socialmente, e destaca a importância e o papel dos movimentos de mulheres e das lutas sociais como sendo espaços privilegiados de formação de consciência de gênero, de raça de classe e de geração, dentre outras.

Concordando com esta autora, cabe perguntar: será que Orquídea pensaria da mesma forma caso participasse de alguma organização, movimento ou sindicato da categoria de trabalhadoras domésticas? A mesma interrogação vale para as demais diaristas, cujas falas, embora nem sempre denotem autoculpabilização por sua condição social, tampouco revela conhecimento de direitos ou participação em qualquer organização ou luta sindical. Por outro lado, o próprio contexto em que vivem, com o tempo totalmente preenchido entre atividades domésticas remuneradas e atividades domésticas “gratuitas” realizadas em seus próprios lares, privam estas mulheres de disponibilidade de horários e de energia para, querendo ou podendo, tomar parte em alguma luta ou instituição de defesa de direitos laborais.

Seguindo a análise, pelo que ficou explicitado no capítulo anterior, a preocupação com o futuro decorre também do fato da maioria delas está acima de 40 anos, o que, por si só, já constitui um fator de exclusão do mercado de trabalho, afinal, ainda que tivessem qualificação e/ou experiência em alguma outra área, a questão geracional sempre apareceria como um complicador a mais, pois, de acordo com as reflexões de Alda Motta (s.d)²⁸ “a velhice [é um] período que sumariza, ao mesmo

²⁸ Disponível em http://www.coletiva.org/site/index.php?option=com_k2&view=item&id=65:g%C3%AAnero-e-envelhecimento&tmpl=component&print=1

tempo, conquistas e perdas das etapas de vida anteriores”. Isto pode ser comprovado pelas falas das seguintes interlocutoras:

Hoje em dia, se você passar dos 40 anos, você não vale mais nada para o mercado de trabalho, principalmente ser for mulher. Eu falo por mim, pois mesmo eu sabendo cozinhar bem eles [os donos dos restaurantes] não me quiseram, não me deram uma oportunidade, aí o jeito foi ser diarista. E vamos ver até onde vamos né, pois já estou com meus 57, né? (Flor de Cactos)

Eu vou fazer 50 anos, mas ainda bem que tenho essa que casa aí que eu alugo, que fica aqui embaixo. E tem meu marido também, né? Que trabalha, que ganha seu dinheiro, que dá conta das despesas todas da casa. [...] Infelizmente não tive oportunidade de trabalhar na área que estudei [técnica de enfermagem], pois quando era nova eles queriam experiência e eu não tinha, agora é que não tenho mesmo, não me deixaram trabalhar, né? (Flor de Lótus)

Além de tudo, eu também faço minhas costuras, alugo um quarto da casa e se Deus quiser um dia eu vou ficar só na costura mesmo, pois já tô com 52 nas costas, né? (Rosa Menina)

Embora não se trate propriamente de velhice, uma vez que esta, segundo as leis brasileiras, começa aos 60 anos, estas mulheres se consideram excluídas por conta da idade e, em face disto, já vislumbram sua exclusão e inatividade.

Diante do exposto, percebe-se que as diaristas tem plena consciência de sua condição e suas falas demonstram o quanto a informalidade gera insegurança, medos e vulnerabilidades para suas vidas, já que sem reconhecimento e proteção legal de sua atividade, e conseqüentemente sem acesso aos direitos elementares destinados a qualquer trabalhador(a), tendem a viver e a esperar por uma velhice à margem da cidadania, o que contribui para mantê-las na situação e posição social da qual advieram e na qual, mesmo com algumas conquistas, permanecem, sobretudo se considerarmos que a cidadania, conforme Valente (2000), não pode ser entendida apenas sob o aspecto formal, mas pela vivência real de direitos econômicos, sociais e culturais, que se materializam em condições de vida digna, sob todos os sentidos.

3.3 Conciliação trabalho/família

No que tange à conciliação trabalho/família, os dados evidenciam que todas as entrevistadas, umas mais outras menos, exercem a dupla e até mesmo a tripla jornada no

seu cotidiano, afinal, nenhuma delas tem uma pessoa que assuma, nos dias que estão ocupadas, suas funções em casa e muito menos contam com o compartilhamento equilibrado dos afazeres domésticos com os demais membros da família.

Algumas delas, como Rosa Menina e Flor de Lótus, afirmaram que contam com a “ajuda” dos filhos e do marido, respectivamente, mas é algo pontual, que não acontece todo dia. Sendo assim, seu cotidiano exige um verdadeiro malabarismos para que possam dar conta do trabalho fora de casa e das “obrigações” que lhes cabe em suas próprias residências, o que denota a permanência da chamada divisão sexual do trabalho e o aprofundamento da desigualdade de gênero, uma vez que são as mulheres que acabam assumindo todas as atividades do lar e não lhes sobra tempo para se dedicar ao que gostam, seja estudar, passear, ir ao cinema ou praticar outras atividades de lazer.

Sobre a tentativa de conciliação entre os cuidados com família e a atividade laboral, Hibisco disse o seguinte:

Eu larguei um emprego de mensalista porque não tava conseguindo conciliar o trabalho com as coisas de casa. Eu dormia no trabalho e vinha pra casa nos finais de semana, foi assim que consegui comprar minha casa juntamente com meu marido. Depois eu comecei a pedir ao patrão para vim para casa todos os dias, mas o patrão era aquela pessoa rígida que queria tudo na linha e achava que se eu viesse todos os dias para casa ia ficar inventando história e chegar atrasada ou não ia trabalhar, porque tinha que pegar transporte, essas coisas. Aí eu pensei, se eu fosse diarista nada disso ia acontecer. Como eu precisava trabalhar mas também precisava estar de junto de minha família, eu saí do emprego. Não deu para conciliar. (Hibisco)

Já Flor de Cactos informa que “dá pra conciliar, sim,” pois sabe se organizar e encontrar tempo para cuidar da casa, da neta, já que a filha trabalha fora e ela se reveza com o marido para levar e buscar a criança na escola. Girassol, por sua vez, disse que como diarista e mãe de uma única filha adolescente, tem conseguido trabalhar fora e dar conta de sua casa porque tem a “ajuda” da filha e não tem homem para “importunar”. Diz que não abre mão do lazer e não trabalha aos sábados de forma alguma. Já Orquídea diz que não tem problemas porque é divorciada e os filhos estão todos criados e casados. Como se vê, as mulheres solteiras ou divorciadas, ou que tem filhos maiores, dizem conseguir administrar melhor o seu tempo, ao passo que as casadas, ou com filhos menores ou mesmo neto, precisam se “organizar” ou pedir a “ajuda” do marido, no que nem sempre são atendidas. Um dado interessante é que a que tem uma filha adolescente diz contar com a “ajuda” desta, o que não acontece com aquelas que tem

filhos do sexo masculino. Ou seja, percebe-se que há permanências com relação à divisão sexual do trabalho, reproduzidas e até naturalizadas por estas mulheres, cuja atividade laboral é, por si só, resultado das desigualdades de gênero, raça, e classe, manifestas, dentre outras formas, pelos privilégios de gênero, pela divisão sexual do trabalho e pelo prevalência de mulheres negras e pardas nestas ocupações.

3.4 Precarização, desvalorização e invisibilidade profissional

Conforme já exaustivamente exposto, o trabalho das diaristas é caracterizado pela informalidade e, conseqüentemente, pela precarização das relações que esta gera, acarretando vulnerabilidade e insegurança com relação ao futuro, pois além da desvalorização do trabalho feminino em si, há ainda a invisibilidade deste tipo de profissional. Somado a estes aspectos, ainda estão presentes no âmbito do mundo doméstico, onde as diaristas realizam suas funções, as relações de gênero desiguais, entrecruzadas por hierarquias e desigualdades de raça, classe e geração que aparecem o tempo todo nas falas das entrevistadas, seja através de relatos de fatos específicos, seja por meio da sensação de inferioridade decorrentes das inúmeras situações de humilhação perpetrada por “clientes” ou até mesmo por outras empregadas domésticas mensalistas que, no âmbito das residências, assumem a responsabilidade de instruir e supervisionar o trabalho de suas colegas, reproduzindo atitudes e discursos típicos dos sujeitos pertencentes às classes dominantes.

Como fato ilustrativo da precarização, da insegurança e da desvalorização profissional, convém registrar as falas de Girassol e Hibisco, as quais destacam, respectivamente, o seguinte:

É precário. Nosso trabalho é precário mesmo. E nem todo mundo valoriza. Você pode ter profissionalismo, ter qualidade profissional, mas o “cliente” ele as vezes quer montar em cima de você, quer que você seja além de um bom profissional, seja também uma pessoa perfeita, é que às vezes o fator qualidade não é o suficiente, ele tem que confiar em você, você tem que ter credibilidade, se tiver aí você não fica parada. Mas enquanto você permanece naquela posição de submissão total, de subordinação você acaba se submetendo a tudo. (Girassol)

Tudo tem o lado bom e o lado ruim. Tem clientes que discrimina a gente, fechando a casa e deixando a profissional do lado de fora, as vezes nem água para beber nos oferecem. (Hibisco)

No mesmo sentido, merecem destaque as falas de Flor de Cactos e Flor de Lótus que, conforme se pode ver, evidenciam o grau de precarização e desvalorização de seu ofício:

Esta nossa atividade é bastante precária e desvalorizada. Ela nos sujeita muito. Eu mesma vivi uma situação muito humilhante, quando eu tava muito necessitada e só tinha o serviço da casa de uma certa senhora que me tratava muito mal. Era um serviço que eu fazia toda sexta-feira durante mais de ano, mas aí como eu precisa e não podia largar, fui aguentando, aguentando, aguentando até quando surgiu outra casa lá na Paralela e eu larguei essa mulher que me tratava como bicho e nunca mais pisei na casa dela, pois apesar de trabalhar limpando o chão eu sou um ser humano como qualquer outro. Se as pessoas não valorizam o meu trabalho eu não vou mais trabalhar para elas, eu vejo o nosso trabalho como um trabalho normal, como outro qualquer. [Mas] gera insegurança e sem segurança é difícil de viver em paz, sem garantia das leis, caso tenha um problema de saúde não ganha, não ganha nada se não puder trabalhar. (Flor de Cactos)

Como diarista a gente vive desprotegida e sem direitos. Se não pegar uma diária não ganha e se trabalhar pouco, no final do mês não paga as contas. Teve uma ocasião em que eu gastei o dinheiro do transporte para ir lá no PATRA para ver se tinha carta pra mim e não tinha, aí senti uma sensação de está desempregada, porque eu tava precisando do dinheiro, entende? (Flor de Lótus)

Sobre a questão da desvalorização, mais especificamente, Hibisco afirma o seguinte:

Essas pessoas que tem dinheiro acha que o dinheiro é tudo e que pode tratar a pessoa de qualquer maneira e não é bem assim, acha que a gente é diarista que está ali fazendo faxina que tem que fazer o que eles querem, e ainda tratar mal e não é bem assim, certo? Elas precisam nos valorizar porque elas precisam do nosso trabalho, entendeu? É isso. (Hibisco)

Já Girassol, ao falar sobre a insegurança, menciona que:

Se não trabalhar todo o resto não existe, não dá pra honrar os compromissos, pagar as contas, aí você vive as agruras de não ter uma segurança. E quando você acha que tem a semana toda de trabalho e elas ligam cancelando, o medo é esse, pois você acha que tem aquele dinheiro aí você chega na porta o “cliente” cancela e aquele dinheiro já não está mais na sua mão. Isso aí é duro. E já vivi muito isso, viu?

Além do mais, vale destacar as falas de Rosa Menina e de Orquídea, respectivamente, acerca da precarização e desvalorização profissional:

Eu já trabalhei numa casa em que eu cheguei e percebi que a pia estava com uns dois metros de louça suja. Parece que tinha havido uma festa lá. As roupas todas pela casa, o banheiro parecia que estava com mais de um mês que não davam descarga, e tinha muitos cômodos, sabe? E eu fui limpando, limpando, lavando e aí quando já tava anoitecendo eu falei com a dona se ela pagava hora extra. Sabe o que ela fez? Veio me gritando e dizendo “que hora extra que nada, aqui tem horário para entrar mais não tem horário para sair.” E não é uma coisa que aconteceu somente comigo não, tem outras colegas que já me disseram que passaram por isso. Fora que a gente não tem segurança nenhuma, não tem assistência médica, se a gente não trabalhar não tem nada. (Rosa Menina)

Sobre desvalorização profissional eu só não gosto da discriminação. Tem casa que você é maltratada mesmo, negam até água. Às vezes você vai fazer faxina numa casa que tem uma mensalista, aí a patroa dela sai pra trabalhar ou passear, não sei, e manda ela lhe vigiar, olhar seu serviço. As vezes ela é pior do que a dona da casa e você sabe disso. Ela quer lhe humilhar, lhe rebaixar, não percebe que ela tá do mesmo jeito que você, que ela também é uma empregada, que nada ali é dela. Essas coisas acontecem. (Orquídea)

Igualmente ilustrativo é o relato de Flor de Cactos, ao se referir à desvalorização profissional:

Um final de semana eu não fui trabalhar aí ela [a cliente] disse que alguém fez a faxina dela e cobrou sessenta reais, aí ela simplesmente rebaixou a minha diária e pagou só o valor que ela disse que tinha pago à menina que fez a limpeza, acredita? Ela também pintou o diacho comigo porque eu abri o guarda roupa e peguei um centro de mesa, eu sempre fazia isso, aí ela tirou dos cachorros e jogou em cima de mim, dizendo “quem mandou você abrir meu guarda-roupa, quem lhe deu essa ousadia”? Aí eu não falei nada e fiquei quieta e olhe que eu já tinha mais de um ano fazendo serviço, como diarista, na casa dela e de repente ela fez isso. Resultado: nunca mais pisei lá. (Flor de Cactos)

Hibisco também traz um relato sobre desvalorização profissional pela qual já passou:

Ela [a cliente] ligou e pediu para falar comigo, aí quando eu atendi, ela me xingou de vaca, me chamou de idiota e burra e bateu o telefone. Noutra ocasião teve uma que pediu a carta para escrever coisas ruins sobre mim, enquanto profissional,

disse que só pagaria ao PATRA e não pagou nada, até hoje.
(Hibisco)

Girassol, por sua vez, disse o seguinte:

Quer um exemplo de humilhação que eu passei? Um ser humano [um cliente] olhou para o meu rosto e me comparou com um rolo de papel higiênico, isto é uma agressão e uma violação aos meus direitos como ser humano, como cidadã, mas ele ouviu também. É por isso que eu digo, enquanto você permanecer nessa posição de subordinada, você termina se submetendo a tudo, passando por tudo. E não pode ser assim. Pelo menos comigo não.

Rosa Menina, ao ser indagada sobre a mesma questão, disse:

A dona da casa chamou as pessoas que estavam na mesa e todos vieram me olhar com a cara de espanto como quem diz olha aí a profissional que o PATRA me mandou. Se for olhar só para a minha estatura não vai dar um nada por mim mesmo (...). Mas até mesmo quando fui me inscrever no PATRA a atendente não levou fé pelo meu tamanho e só por causa da minha estatura, por ser baixinha e magrinha. Teve até um cliente que ao me ver disse, “eu vou mandar você ir embora, por que eu não chamei você”.

Já Orquídea, por sua vez, declarou o seguinte:

Olhe, tem dias que você se sente um lixo, você faz tudo e não tem recompensa de nada, você se acaba trabalhando sem reconhecimento. Já teve casa de me darem resto de comida. Eu agradei e disse que tinha levado minha marmita. Se eu pudesse mudar jamais eu estava nesta profissão, mas depois eu penso, pelo menos tive essa chance. Infelizmente a vida não me proporcionou ganhar mais e melhor em uma coisa que eu goste.

Como se pode perceber pelo conjunto das falas acima dispostas, a informalidade, geradora da ausência de direitos e da insegurança jurídica que isto acarreta, faz com que o trabalho das diaristas não apenas seja precário, no sentido da baixa remuneração, mas também no sentido das próprias relações e condições em que é realizado, ou seja, num contexto de inúmeras desigualdades e desrespeito, onde o fato de serem mulheres, negras, pobres, “maduras” e até mesmo de baixa estatura ou deficientes as expõe a toda sorte de discriminação e humilhação conforme descrevem suas falas. Tudo isso reforça a desvalorização e a conseqüente invisibilidade social do trabalho que desempenham (ABRAMO, 1998).

De toda sorte, ao contrário do que ocorre em outros ramos e com outras categorias profissionais que, em face da reestruturação produtiva, vão sofrendo flexibilização de direitos e, conseqüentemente, perda de conquistas históricas, diante da crescente onda de terceirização, emprego temporário, subcontratação, informalidade, cooperativas de trabalho e “inúmeras outras formas de trabalho assalariado disfarçado” das quais falam Graça Druck (2002, p. 13), o emprego doméstico no Brasil e, no âmbito deste, a ocupação de diarista, por exemplo, já nasceu sob o signo da informalidade, e somente depois de muitas lutas foi conquistando, paulatinamente, algum reconhecimento.

No entanto, enquanto as empregadas domésticas formalizadas vão obtendo avanços e conquistando direitos, as diaristas estão longe de obtê-los, o que implica dizer que a reestruturação das relações de trabalho as alcança não por meio da incorporação de alta tecnologia nos postos que ocupam, ou pela substituição destas por profissionais mais qualificados, como ocorre com outras categorias, mas por outros caminhos, ou seja, pela necessidade de ajustes orçamentários na renda de quem antes contratava empregada doméstica e agora prefere contratar uma diarista, pois o objetivo, dentre outros, também é fugir dos encargos inerentes a uma relação de emprego com carteira assinada e todas as obrigações decorrentes.

Trabalhar na informalidade e, portanto, viver exposta à precarização, não é uma experiência que acontece do mesmo modo para todas as pessoas que vivem esta realidade (FILGUEIRAS et al, 2004). Afinal, alguns profissionais foram empurrados para esta situação por conta da recessão ou de políticas de contenção que geraram desemprego, mas mesmo assim guardam, em suas carteiras de trabalho, um histórico de trabalhado formal ou um diploma de nível médio ou superior, o que não acontece com a maioria das diaristas entrevistadas, pois, das seis, somente duas exerceram atividades anteriores mediante contrato formal e contando com garantias expressas. Mesmo assim, todas relatam que, além do desemprego, foi a falta de escolaridade que as levou à ocupação de diaristas, o que demonstra que sua realidade é ainda mais vulnerável do que a de outros profissionais que, embora desempregados, detém formação ou diplomas que os tornam aptos a seguir disputando vagas nas mais diversas áreas e ocupações.

Por isso, concordamos com Lira (2006) *apud* Prisco et al (2013), quando este descreve “a informalidade como uma forma de mascarar o desemprego e de colocar o trabalhador em uma situação de vulnerabilidade social.” Ou seja, enquanto as entrevistadas encaram o emprego informal como uma forma de subsistência, já que não

tiveram outras oportunidades, para Prisco et al (2013), a informalidade e, conseqüentemente, a precarização que ela gera, é um “fator vital” para o funcionamento do capital na conjuntura atual.

Vale destacar, no entanto, que segundo Tavares (2002), o trabalho informal não comporta apenas atividades de subsistência, pois, de acordo com Neves, Jayme e Zambelli (2006) *apud* Prisco et al (2013, p. 32):

Sob o manto da informalidade coexistem atividades de natureza muito distintas como as microempresas, o trabalhador autônomo, o empregado assalariado sem carteira de trabalho assinada, o pequeno produtor, [...] o empregado doméstico, o trabalhador terceirizado, o trabalho em domicílio, as cooperativas de trabalho.

No entanto, conforme já suficientemente exposto, a informalidade à qual se reporta esta pesquisa é aquela que decorre da não-regulação estatal do trabalho e que gera, dentre outras questões, conseqüências econômicas e sociais muitas vezes irreparáveis para os estratos da população que estão sujeitos à esta realidade.

Diante deste quadro, quando falamos de diaristas, não estamos falando de todas as mulheres que trabalham como autônomas, ou de todas as trabalhadoras domésticas de um modo geral. Estamos nos referindo àquelas pessoas, geralmente mulheres, das camadas pobres da sociedade, que se dedicam à realização de um trabalho, sem vínculo empregatício, na casa de outras pessoas, denominadas “clientes”, sob condições muito específicas, durante um, dois ou até três dias na semana visando receber, ao final de cada jornada, o valor pecuniário correspondente a uma diária. Portanto, no contexto da precarização do trabalho, são estas mulheres que estão mais sujeitas à vulnerabilidade e à desvalorização sócio-laboral.

Apesar do exposto, segundo dados do IPEA (2009, p. 14), o número de diaristas tem crescido no país, e em regra, elas “tem remuneração mais alta (salário direto) mas são menos formalizadas”. Este instituto também destaca que a jornada de trabalho semanal de uma diarista costuma girar em torno de 33 ou 34 horas semanais. No entanto, no mesmo documento, o IPEA destaca que as “diaristas, cujos rendimentos dependem do número de horas trabalhadas, não estariam conseguindo trabalhar tanto quanto gostariam” (IPEA, 2009, p.17). Ou seja, para obter um maior ganho, se faz necessário trabalhar um maior número de horas, o que, sem dúvida, sobrecarrega ainda mais estas mulheres.

Falando especificamente desta atividade, Prisco; Carvalho e Gomes (2013, p. 11), afirmam que “a ocupação *diarista* é uma extensão do emprego doméstico, embora apresente algumas especificidades advindas das transformações do mundo do trabalho, fruto de um processo histórico de desregulamentação das profissões.” Deste modo, as características presentes no trabalho da diarista que, em certa medida também são comuns ao trabalho da doméstica mensalista, são as seguintes: desvalorização e invisibilidade, todas decorrentes da articulação entre três sistemas de dominação e exploração que se interdependem e se retroalimentam permanentemente, visando sua própria perpetuação: capitalismo, racismo e patriarcado, os três irmãos siameses que ainda operam conjuntamente na atualidade.

A precarização da ocupação das diaristas não reside apenas no fato de ser um trabalho informal e, portanto, sem maiores seguranças do ponto de vista trabalhista e previdenciário, mas decorre das próprias condições de trabalho, pois estas tem que dar conta, em um único dia, de cumprir tarefas e afazeres que uma empregada mensalista possivelmente as desenvolveria em mais dias ou em maior número de horas, o que requer mais energia, mais esforço e maior concentração, dado a necessidade de obtenção da diária almejada. Além disto, se a diarista quiser ganhar um pouco mais, terá que trabalhar mais dias na mesma ou em outras casas ao longo da semana, sem falar da dupla jornada que a espera ao voltar para sua própria residência. Ou seja, a diarista exerce também o papel de “empregada” de sua própria família, o que demonstra a manutenção do *status quo* da divisão sexual do trabalho e da ordem de gênero patriarcal.

No que tange à desvalorização, não é preciso muito esforço para perceber que seu trabalho tem o mesmo valor que o trabalho gratuito desenvolvido pelas donas de casa de um modo geral, ou seja, nenhum; pois, além de invisível, não é sequer mencionado ou reconhecido como um trabalho produtivo, uma vez que, conforme já foi dito, trata-se de um “trabalho de mulher”, voltado para a reprodução da vida diária e do cuidado com as pessoas, o que, definitivamente, não é visto pela sociedade capitalista como algo “tão importante” quanto produzir um carro, um computador, um chip, um livro, uma garrafa de whisky ou mesmo gerenciar uma empresa, um banco, um país ou uma importante organização internacional.

Some-se a estas questões, o fato do trabalho doméstico ser um tipo de trabalho que desde o alvorecer da história do Brasil tem sido realizado por mulheres negras, antes escravizadas e cujo valor enquanto ser vivente era pouco ou nenhum. Desse modo,

é a partir do entendimento deste contexto que se pode compreender os resquícios do racismo presentes nas relações de trabalho no mundo doméstico ainda hoje; pois, como discorre Cruz (2012, p. 26):

O negro era [visto como] máquina de trabalho, trazido para essas terras como simples mercadoria que cumpria o dever de explorar da “melhor” forma possível. Nesse processo, negros e brancos foram se “aproximando”, formando [...] uma nova sociedade que surgia abalada pelo choque das duas culturas e pelas injustiças do regime servil.

No mesmo sentido, de acordo com o DIEESE (2005), existem três aspectos que caracterizam o trabalho doméstico no Brasil na atualidade: a forte presença das mulheres negras, a informalidade e a precariedade salarial, pois, segundo este departamento:

Os maiores percentuais de vulnerabilidade da mulher negra no universo dos trabalhadores ocupados se explicam, sobretudo, pela intensidade de sua presença no emprego doméstico. Esta atividade, tipicamente feminina, é desvalorizada aos olhos de grande parte da sociedade, caracterizando-se pelos baixos salários e elevadas jornadas, além de altos índices de contratação à margem da legalidade e ausência de contribuição à previdência (DIEESE, 2005 p.5)

Reforçando este entendimento, Jeferson Bacelar (2008) *apud* Cruz (2012, p. 28), ao se referir às “hierarquias das raças”, em pesquisa desenvolvida sobre as condições de trabalho da população negra cidade de Salvador no final do século XIX, diz o seguinte:

Como empregados do setor privado, tínhamos os trabalhadores domésticos, ocupação de significativa parcela da população feminina [...] atividade dos mais pobres, em grande parte dos pretos. Além da reduzida remuneração obinubilada pelo alojamento e alimentação, permanecem resquícios da tradição escravista, sentidos em muitos casos pela maneira prepotente, violenta e arbitrária como os patrões tratavam os empregados (BACELAR, 2008 p. 74)

Pelo exposto, pode-se perceber que a inserção e/ou permanência de mulheres negras e pobres no trabalho doméstico remunerado, seja de natureza formal ou informal, guarda uma estreita relação com as múltiplas formas de opressão e de exclusão a que estão e estiveram expostas historicamente, o que nos obriga admitir a coexistência de diversos eixos de subordinação que se articularam e se articulam permanentemente, causando desvantagens visíveis e invisíveis que se constroem em decorrência de seu pertencimento racial, de gênero, de classe e até mesmo geracional, e que vai se somando e se sobrepondo, a ponto de gerar situações de desigualdade e discriminação mais

intensas do que as vivenciadas por outros grupos de mulheres (HEILBORN et al., 2011).

A esta realidade que articula diversas formas de exclusão e subordinação, Crenshaw (2002) *apud* Heilborn et al. (2011, p. 40) chama de interseccionalidade, por se tratar de um conceito que ajuda “capturar as consequências estruturais e dinâmicas entre dois ou mais eixos da condição de subordinação.” Em outras palavras, trata-se do modo pelo qual o racismo, o patriarcalismo e o capitalismo criam desigualdades básicas que definem as posições das mulheres, dos negros, dos pobres e de outras categorias no complexo tecido social.

Sintetizando as discussões travadas neste item, importa lembrar que, segundo a literatura consultada, o trabalho doméstico remunerado segue empregando principalmente mulheres negras e pobres, notadamente as menos escolarizadas que, ao desenvolverem esta atividade, possibilitam a liberação de outras mulheres para o ingresso no mercado de trabalho, o acesso aos estudos e/ou o próprio exercício da atividade política. Esta realidade, evidenciada por diversas autoras, é apresentada como uma experiência “quase universal” (HIRATA e KERGOAT, 2008; SORJ, FONTES e MACHADO, 2007 e COSTA, 1998). Além do mais, segundo Brites e Picanço (2014, p. 131) esta realidade assim se mantém em razão da

(...) desvalorização das tarefas reprodutivas do âmbito doméstico e do trabalho manual; elevada adesão aos papéis tradicionais de gênero, que responsabilizam as mulheres pela execução dos trabalhos de cuidado e reprodução social da família; escassos aparelhos e políticas públicas de apoio à conciliação entre família e trabalho remunerado

Pelo exposto, é importante reiterar que a informalidade, a precarização e a desvalorização são as marcas principais da atividade das diaristas, pois esta ocupação, no contexto da reorganização do mundo do trabalho, vai cada vez mais na contramão das conquistas históricas em termos de direitos de cidadania, vez que pode gerar ou aprofundar múltiplas vulnerabilidades. Neste sentido, Virgínia Vargas Valente (2000) adverte que algumas situações de trabalho podem acarretar prejuízos ao pleno exercício da cidadania feminina, pois, se do ponto de vista objetivo não há previsão legal que as proteja, do ponto de vista subjetivo isto pode fortalecer a ideia de que não são merecedoras, ou de que são elas mesmas as responsáveis exclusivas pelo fato de não serem qualificadas e não poderem acessar outros postos de trabalho ou outras funções melhor remuneradas ou mais reconhecidas socialmente.

Por fim, vale reiterar que a informalidade tem sido apresentada como condição de trabalho precário, e embora as práticas de organização flexível do trabalho definam “os locais de trabalho construídos tanto por trabalhadores qualificados como por trabalhadores sem qualificação,” segundo pontuaram Prisco; Carvalho e Gomes (2013, p. 29), as diaristas fazem parte deste segundo grupo de trabalhadores não somente porque não são detentoras de um “saber técnico específico” mas por pertencerem a um grupo laboral cujo lugar social já está previamente definido na teia que compõe as múltiplas relações sociais e econômicas geradas e alimentadas pelo capitalismo.

IV - DIFICULDADES, CONQUISTAS, SONHOS E PERSPECTIVAS

Este capítulo evidencia, por meio das falas das entrevistadas, suas dificuldades, conquistas, sonhos, medos, desafios e perspectivas. Nosso objetivo foi identificar os limites e possibilidades de exercício da cidadania por parte destas mulheres, considerando suas reais condições de vida e suas atuais possibilidades de mudança.

Ao se debruçar sobre a temática da cidadania, numa perspectiva feminista, Virgínia Vargas Valente (2000, p. 4), afirma que para compreender as dificuldades que as mulheres enfrentam quando buscam acessar direitos de cidadania, especialmente no mundo do trabalho, faz-se necessário identificar as barreiras reais e imaginárias que as mesmas vivem ou percebem com relação à ideia de cidadania. Neste contexto, vale destacar algumas falas das entrevistadas, a fim de identificar como as mesmas se percebem enquanto cidadãs e trabalhadoras e que conquistas, medos, barreiras, sonhos e perspectivas apresentam ou preferem destacar. Vejamos, inicialmente, o que dizem as Hibisco, Flor de Lótus e Girassol:

Ainda não obtive muitas conquistas. Nosso trabalho é difícil, a luta é grande e é preciso ter muito jogo de cintura. Eu sonho que um dia as coisas melhorem. Não sei como, mas acho que um dia a diarista vai ter todos esses direitos (...) Sei que a gente também precisa lutar por isso, né? (Hibisco)

O sonho de toda diarista acho que é ter seus direitos garantidos e ser respeitada, né? Acho que precisamos tomar consciência de muita coisa. A gente precisa perder o medo de falar, precisa conhecer melhor nossos direitos, nossa situação. Porque se não lutar, se não tiver consciência a vida da diarista nunca vai melhorar em nada, né? (Flor de Lótus).

Nessa vida eu aprendi que você tem que priorizar o que é melhor pra você, se é a família, se é o trabalho, se é o social. Tem gente que consegue dar de conta de tudo, mas a gente vive muito cansada, muito explorada, né? E como a gente tem essa mobilidade, é como se a gente fosse mesmo descartável, entendeu? Precisamos de proteção da lei. (Girassol)

No que diz respeito às dificuldades, vê-se pela fala de Hibisco, que uma barreira real enfrentada por ela, assim como pelas demais diaristas, é não ter seus direitos garantidos em lei, o que, por si só, já fragiliza o exercício da cidadania. Hibisco afirma não ter obtido muitas conquistas, apesar de seu perfil indicar que ela já conta com 13 anos nesta atividade e ser uma das que dispõem de casa própria. De qualquer

modo, vale reiterar que seu imóvel foi adquirido graças às economias realizadas ao longo de anos, desde quando ela ainda trabalhava como doméstica mensalista, somadas ao trabalho do marido e mais alguns recursos provenientes do trabalho como diarista, o que indica que para uma diarista obter algum bem, ela tem que se sacrificar e se privar de muitos outros direitos ao longo da vida. Além disto, sua fala ainda se reporta à necessidade de se lutar para conquistar direitos coletivos. Isto é um dado curioso, pois nem ela e nem as demais são filiadas ao sindicato das domésticas ou participam de qualquer movimento social e, ao não participarem, criam ou reforçam as barreiras reais e imaginárias que impedem algumas transformações.

No mesmo sentido, Flor de Lótus e Girassol, em suas respectivas falas, apontam para a necessidade de conscientização das diaristas e de regulamentação dos seus direitos, sem contudo, darem pistas de como isto pode acontecer. Esta é, portanto, uma das questões a serem evidenciadas por este trabalho, pois, enquanto algumas mulheres moradoras de bairros periféricos ou empregadas de outras categorias se organizam em razão de sua condição/posição social para reivindicar demandas ligadas às necessidades do seu cotidiano, tais como creche, moradia, saúde, transporte, etc, as entrevistadas não são organizadas nem como mulheres, em algum movimento de bairro, e nem como trabalhadoras domésticas o que, seguramente, torna ainda mais distante a realização deste sonho por “dias melhores”.

De todo modo, é possível compreender esta situação em face da falta de tempo que caracteriza suas vidas, além da ausência de contato diário com pessoas que discutam tais questões. Aqui, cabe destacar que a não existência de políticas públicas, ofertadas por meio de equipamentos como creches, lavanderias públicas, cozinhas comunitárias, transporte coletivo de qualidade dentre outros, voltadas para o atendimento de suas necessidades práticas, prejudica ainda mais a vida destas mulheres pois, caso o poder público as ofertasse, as diaristas, como tantas outras, poderiam se dedicar à participação política e à luta por melhores condições de vida, seja no âmbito mais geral seja no âmbito laboral.

Ainda sobre conquistas, dificuldades e sonhos, outras falas são igualmente ilustrativas da realidade das diaristas, pois, conforme se pode ver, ora destacam, orgulhosamente, algumas conquistas produtos do seu trabalho, ora destacam perdas e sofrimentos, que exigem atenção psicológica. Vejamos o que dizem Girassol, Orquídea e Flor de Cactos a este respeito:

Tudo que eu conquistei foi graças ao meu trabalho. Tudo que entra na minha casa vem do meu suor. Eu tenho orgulho disto. Apesar da batalha ser pesada, a gente consegue comprar uma coisa para a casa, para a filha, para nós mesmo, como uma bolsa boa, de marca, etc. Isso tudo são conquistas [fala se referindo aos móveis e demais objetos da casa] (Girassol)

Os filhos já estão todos encaminhados, eu sinto que poderia ter feito algo na minha vida para não ser diarista: uma faculdade, um curso profissionalizante, mas não fiz (...). Muitas diaristas não aguentam e vão embora, precisam de um apoio psicológico, ficam com depressão. Eu acho que todas precisam de apoio psicológico. (Orquídea)

Sobre dificuldades como eu já falei, as discriminações do dia a dia, a desconfiança as vezes, mesmo eu sendo uma diarista recomendada. (...) Mas eu decidi que se tiver desconfiança com minha pessoa eu não vou mais. Esta é uma conquista minha, de me valorizar mais. (Flor de Cactos)

De acordo com as falas acima, as diaristas, de uma maneira geral, sentem-se orgulhosas por terem condições de comprar não apenas alguns móveis ou eletrodoméstico para suas casas, mas também por poderem manter-se a si mesmas e aos filhos com o produto do seu trabalho, além de pagar as contas, comprar uma peça de marca, etc. As falas de Girassol e Flor de Cactos destacam bem este aspecto, valendo lembrar que esta última também afirma que uma conquista obtida por ela foi saber se valorizar mais, indicando que as conquistas não se restringem a bens materiais, mas a própria autoestima.

Embora os exemplos de “realizações” e “conquistas” reproduzam, na maioria das falas, uma vivência marcada pelos papéis e estereótipos de gênero, bem como pela manutenção da divisão sexual do trabalho, a última fala de Flor de Cactos acompanha as reflexões de Nely Stromquist (1997) *apud* Costa (2012, p. 7), sobre empoderamento de mulheres, quando esta diz que um dos parâmetros para aferir o desencadeamento deste processo é a “construção de uma auto-imagem e confiança positiva.” Obviamente que o empoderamento não se restringe somente a este aspecto, mas o desenvolvendo da autoestima e da autoconfiança significa um avanço, ainda que pontual, na vida destas mulheres.

Apesar do exposto, muitas delas se sentem infelizes, frustradas ou não realizadas por não terem tido oportunidade de estudar e até mesmo ingressar em alguma outra profissão. A fala de Orquídea, acima transcrita, revela claramente isto, pois ela se

ressente de não ter feito uma faculdade ou um curso que lhe conferisse habilidades para desempenhar outras atividades laborais. No entanto, em nenhum momento ela relaciona estas impossibilidades às circunstâncias e dificuldades a que está ou esteve exposta ao longo de sua trajetória, enquanto mulher, pobre, autodeclarada parda, nascida e criada no interior do estado e vinda para a capital em busca de melhoria de vida. Mas ao contrário, ela se culpa por não ter feito um curso, por não ter se profissionalizado, por não ter podido cursar uma faculdade.

Ao refletir sobre isto, Valente (2000), explica que esta visão decorre da pouca compreensão acerca da realidade social e econômica do país, bem como sobre o lugar das mulheres na sociedade e o papel do Estado e sua obrigação constitucional de promover a inclusão dos sujeitos, notadamente daqueles historicamente explorados, excluídos ou discriminados, como as mulheres das classes subalternas e de grupos étnicos dos quais elas fazem parte, pois, conforme Crenshaw (2002) *apud* Heilborn (2011, p. 40), somente compreendendo a imbricação entre as categoria de gênero, raça e classe se pode compreender as consequências das desigualdades estruturais que entrecruzam diversos eixos de subordinação.

De qualquer sorte, a fala de Orquídea aponta para uma questão muito importante e que também foi mencionada ao longo das entrevistas por outras diaristas, isto é, a necessidade de apoio psicológico para este tipo de profissional a fim de que elas possam elevar sua autoestima e, quiçá, compreender a importância do seu papel na sociedade e da luta por seus direitos. Com relação aos sonhos, vale destacar as seguintes falas:

Eu sonho em tomar um curso profissionalizante de técnico em enfermagem e melhorar de condição para poder dar conforto para minha filha. Quando eu penso nisto é porque quero que ela tenha uma vida melhor que a minha. Quem não quer, né?
(Hibisco)

Eu já trabalhei doente, já passei por muitas situações na minha vida mas eu acho que tudo isso contribuiu para eu ganhar força, me considerar mais, saber o que quero na vida. E hoje eu digo uma coisa: eu quero voltar a estudar. (Girassol)

Meu sonho é montar minha própria confecção. Até já comprei as máquinas, como eu já falei. E eu vou conseguir porque eu sou uma pessoa determinada. (Rosa Menina)

Minha perspectiva é pedir a Deus para aguentar sempre, para ter força e procurar esquecer os pontos pesados dessa profissão. Graças a deus eu tenho família estruturada, tenho três filhos

maravilhosos, quero continuar contando com eles, pois tenho uma vida simples, mas abençoada. (Orquídea)

Apesar de trabalharem na informalidade e, portanto, de maneira precária e desvalorizada, percebe-se, de acordo com as falas acima, que a maioria das entrevistadas alimenta sonhos e desejos, pois vislumbram algumas perspectivas, tais como: fazer um curso profissionalizante, voltar a estudar, montar um negócio próprio e poder seguir contando com o apoio da família. No entanto, convém reiterar, nem todas contam como familiares ou com um círculo de amigos constituído de pessoas, diaristas ou não, que as estimule, quer com palavras, quer com exemplos, a buscar alcançar seus objetivos, vez que, conforme disseram nas entrevistas, muitas de suas amigas são diaristas e/ou mensalistas que, de longa data, seguem neste mesmo itinerário sem muitas perspectivas de mudança.

Diante do exposto, pode-se dizer que apesar destas mulheres não estarem participando de nenhum tipo de movimento social ou entidade de classe, o que as ajudaria no processo de conscientização e de empoderamento pessoal e social, é possível identificar, na fala de cada uma delas, um profundo desejo de mudança, pois, ao fazerem reflexões sobre si mesmas e sobre sua realidade, acabam apontando para uma incessante busca de melhoria de vida, seja para elas mesmas, seja para seus familiares e, neste exercício constante de pensar e repensar suas vidas, se dão conta do quanto já conquistaram, apesar do sofrimento e das inúmeras dificuldades pelas quais são obrigadas a passar.

Porém, nem tudo são flores, pois, no caso de Orquídea, por exemplo, que não afirma ter desejo de voltar a estudar, mas tem como propósito seguir encontrando forças e apoio familiar para desenvolver seu trabalho, isto não implica dizer que contará com o apoio dos filhos (todos homens e que já não moram com ela) na construção deste ideal ou mesmo na assunção de algumas responsabilidades que recaem exclusivamente sobre seus ombros, não somente agora que mora sozinha, mas desde sempre, por conta da divisão sexual do trabalho já abundantemente explicitada nesta monografia.

Por fim, vale dizer que o fato de exibirem suas conquistas e delas se orgulharem, também demonstra autoreconhecimento e valorização da atividade que desenvolvem, assim como possibilidades de reflexão sobre a mesma. Mas, ao mesmo tempo, elas também destacam inseguranças e incertezas próprias de quem desconhece e teme o futuro, especialmente em se tratando de uma categoria cujos direitos não estão previstos

em lei e cuja trajetória – decorrente da mutação do emprego doméstico – reflete ainda a histórica desvalorização e invisibilização do trabalho doméstico ao longo dos anos.

Isto dito, concluímos este capítulo afirmando que o trabalho doméstico informal, assim como a precarização dele decorrente, a que estão submetidas as mulheres diaristas da cidade de Salvador, afeta negativamente suas vidas, e especialmente sua saúde, pois além das inúmeras experiências de discriminação e humilhação a que são expostas somada à carga de trabalho que assumem em casa, vivem sob forte estresse que consome suas energias e seu tempo, aumentando ainda mais as incertezas com relação ao futuro e à velhice, apesar dos sonhos e perspectivas que ainda acalantam e, dentre eles, destaca-se o desejo de terem seus direitos reconhecidos e respeitados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegar a reta final desta etapa, surge uma única certeza: nossa vida como pesquisadora está apenas começando, pois este trabalho, ao qual nos dedicamos com bastante entusiasmo e compromisso, apresentou questões importantes e deixou muitas outras em aberto, para as quais não temos respostas e diante das quais nos colocamos, humildemente, como aprendiz permanente.

Esta monografia, conforme dito na introdução, está inserida no campo de estudos sobre *gênero e trabalho* e teve como tema o trabalho doméstico remunerado, mais especificamente a ocupação de diarista. Para uma maior aproximação com a temática, buscamos referências bibliográficas em autoras e autores, nacionais e estrangeiros, que se debruçam sobre conceitos como: trabalho doméstico, trabalho doméstico remunerado, diaristas, divisão sexual do trabalho, imbricações entre categorias como gênero, raça, classe e geração, cidadania subjetiva e estudos sobre informalidade, precarização, desvalorização e invisibilidade do trabalho doméstico.

Inúmeras foram as fontes localizadas e, confessamos, não tivemos condições de ler todas. A literatura mais significativa apontou para a ideia, com a qual concordamos, de que a ocupação de diarista faz parte de uma mutação do emprego doméstico, decorrente das transformações iniciadas no mundo do trabalho e que se conectam com a reestruturação do capital. De todo modo, consideramos que os estudos sobre informalidade, mais especificamente as pesquisas que se debruçam sobre o emprego doméstico, precisam se aproximar mais das teorias feministas, a fim de que seja possível ampliar a percepção e abarcar as múltiplas dimensões deste fenômeno, que se caracteriza como um lugar de inúmeras desigualdades.

Sabemos que um tema como este possibilita inúmeras abordagens, mas preferimos destacar, a partir da perspectiva feminista, os efeitos da informalidade sobre a vida das mulheres diaristas na cidade de Salvador, considerando que estas, por conta da construção sócio-cultural dos gêneros, assim como pelas desigualdades de cunho étnico-racial, assumem, quase que exclusivamente, as responsabilidades por este tipo de trabalho reprodutivo, seja no âmbito de suas casas, seja como trabalhadoras nas residências de terceiros.

Vale destacar que, à medida que fomos ao campo, tomamos consciência de que estávamos diante de um grande desafio e, ao longo do caminho, percebemos a enorme responsabilidade no que diz respeito à necessidade de deixar uma modesta contribuição para a luta desta categoria profissional, por isto, seguimos firme em nosso objetivo.

Como é possível perceber, fizemos uma análise da realidade sócio-laboral das mulheres diaristas na cidade de Salvador e, considerando que tínhamos como objetivo principal conhecer e visibilizar este tipo de trabalho, acreditamos que este intento foi plenamente alcançado; até porque, à medida em que identificamos o perfil e a trajetória das mulheres diaristas e caracterizamos suas condições de trabalho, bem como colhemos suas opiniões sobre a atividade que desempenham e suas perspectivas futuras, fomos atendendo a todos os objetivos propostos.

De maneira mais pormenorizada, podemos concluir que, conforme foi explicitado ao longo do segundo capítulo, o perfil destas mulheres, assim como sua trajetória pessoal e social, está profundamente marcado pelas desigualdades de gênero, raça, classe e geração a que foram expostas ao longo da vida, cuja compreensão só é possível alcançar mediante o reconhecimento da interface entre os três principais sistemas de dominação vigentes em nossa sociedade: racismo, capitalismo e patriarcado.

Viu-se também que a realidade laboral destas mulheres, e mais especificamente as razões de ingresso e permanência nesta atividade profissional, se caracteriza pelas múltiplas formas de exclusão e opressão a que estão submetidas, agravadas pela baixa escolaridade, pela idade avançada e falta de qualificação profissional, o que as obriga a desenvolver no âmbito do domicílio alheio as mesmas funções a que estão “obrigadas” a desempenhar em suas próprias casas, reproduzindo, assim, a chamada divisão sexual do trabalho que se perpetua por meio dos papéis e estereótipos de gênero naturalizados em nossa sociedade.

Ficou evidenciado que ao desempenharem tal ocupação, histórica e socialmente desvalorizada, estas mulheres estão expostas a toda sorte de humilhação e discriminação, uma vez que além da condição de trabalhadoras informais, e portanto privadas de direitos elementares, carregam consigo o signo da invisibilidade que marca, ao longo de nossa história, as pessoas que ocupam posições desfavoráveis que as mantêm fora da regulamentação legal e, conseqüentemente, da proteção estatal.

Percebemos que a informalidade gera precarização e, conseqüentemente, vulnerabilidade nos sujeitos expostos a este tipo de realidade pois, em se tratando das mulheres diaristas, cuja condições de vida é marcada por fortes cargas de estresse, insegurança e medo do futuro, conclui-se que sua cidadania fica bastante comprometida e suas condições de saúde também ficam muito limitadas.

De acordo com os dados obtidos, as mulheres diaristas tem plena consciência da fragilidade de sua situação laboral, todavia, em que pese afirmarem que há vantagens

em ganhar mais do que uma doméstica mensalista, também declaram que esta suposta vantagem pode significar perdas para o futuro próximo, já que muitas adoecem e outras já se encontram com mais de cinquenta anos. Neste sentido, muitas delas lamentam por não possuírem direitos legalmente reconhecidos, todavia, nenhuma delas se organiza em qualquer instituição ou movimento social capaz de enfrentar tais injustiças sociais.

No que tange à possibilidade de conciliação trabalho-família, vê-se que as diaristas apresentam como vantagem a disponibilidade de tempo que sua ocupação lhes permite, no entanto, e contraditoriamente, utilizam este tempo para desempenhar as mesmas funções no âmbito de suas casas, ou seja, lavar, limpar, cozinhar e cuidar. Portanto, seguem presas às mesmas armadilhas que geram a desigualdade de gênero e as empurram para a manutenção do *status quo* social.

Com relação às dificuldades, ficou destacado, ao longo de todos os capítulos, mas, em especial, no último, que as diaristas enfrentam muitas situações de violação de direitos, de falta de reconhecimento e desrespeito para com suas pessoas. Apesar disto, algumas delas resistem aos discursos e práticas violadoras, usando como estratégia a ruptura da relação, o não retorno às residências de seus detratores ou respondendo de imediato às humilhações. No entanto, algumas delas parecem se resignar, preferindo esquecer ou assumir como sua a responsabilidade ou a “culpa” por estarem nesta posição e terem de aceitar tais atos como consequência do fato de não terem estudado ou se capacitado para desempenharem uma profissão com reconhecimento e maior ou melhor remuneração.

Sobre as conquistas, a maioria delas se orgulha de poder dispor de algum dinheiro para ajudar nas despesas da casa ou custear suas próprias demandas. Há inclusive, e isto merece destaque, uma delas que considera como conquista o fato de ter passado a se valorizar mais, o que indica um princípio de tomada de consciência e elevação da autoestima. No entanto, em sua maioria, as diaristas apresentam, como exemplos de suas conquistas, a compra ou a reforma de um imóvel, a aquisição de eletrodomésticos, de móveis, de artefatos de marcas famosas, dentre outros. Mas, ao mesmo tempo, queixam-se da dificuldade de viverem em bairros periféricos, violentos, sem segurança, sem acesso a transporte de qualidade e sem outros serviços que possam minorar as agruras de suas vidas.

Ao falar de perspectivas futuras, metade delas se refere a sonhos e objetivos relacionados a direitos elementares, tais como: voltar a estudar, ter um emprego melhor, abrir um negócio próprio, além de ver os filhos e filhas em condições laborais melhores

que as suas. Da outra metade, nenhuma delas se considera em condições de voltar aos estudos, vez que acreditam não ter mais “paciência e cabeça para isto”. Somente uma delas apresenta como objetivo seguir nesta atividade e contar com a ajuda de Deus e o apoio da família, valendo destacar que esta já não mora com os filhos e encontra-se divorciada. Importa destacar que o cansaço a que estão submetidas, especialmente as de mais idade, assim como a assimilação das ideias de inferioridade atribuídas às pessoas que desenvolvem esta ocupação, as desencoraja a buscar atividades de cunho intelectual, pois, pelo que se pode perceber, consideram-se incapazes de se deslocar deste lugar social que foi imposto às demais mulheres de sua família e de sua classe social, especialmente, suas avós e mães, em tempos não tão longínquos.

Merece registro o fato de três delas serem evangélicas e duas serem católicas, sendo que todas, exceto a que não professora religião alguma, consideram como atividade de lazer a frequência às missas ou cultos religiosos. O que indica que a religião ocupa espaço importante em suas vidas e substitui atividades de lazer propriamente ditas.

Por fim, além de considerarmos que o presente trabalho alcançou seus objetivos, já que tornou visível a realidade sócio-laboral das diaristas na cidade de Salvador, julgamos importante apontar algumas sugestões capazes de contribuir com transformações da realidade estudada. A primeira delas se refere à necessidade de organização sindical e formação política destas mulheres, bem como a criação de políticas públicas, com recortes de gênero, raça, classe e geração, destinadas à valorização, promoção e inclusão social destas trabalhadoras. Sem esquecer que o próprio Programa de Apoio ao Trabalhador Autônomo ao qual a maioria delas está vinculada, pode e deve oferecer assistência de ordem social, psicológica e jurídica, a fim de diminuir as vulnerabilidades a que estão constantemente submetidas as mulheres entrevistadas.

Acreditamos, ainda, que por se tratar de uma monografia desenvolvida, com muita dificuldade (e bote dificuldade nisto!), por uma mulher, negra, pobre, de mais idade e diarista, que, contrariando o *script* social que nos é imposto, ousou ingressar numa Universidade pública, encorajada por docentes e militantes sensíveis a estas questões sociais, este trabalho, por si só, já constitui uma conquista muito valiosa, além de representar uma pequena, mas relevante, ruptura com um paradigma acadêmico e social segundo o qual o lugar das mulheres – principalmente das diaristas – é fora da produção de conhecimento científico e intelectual.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Laís. Um olhar de gênero: visibilizando precarizações ao longo das cadeias produtivas. In: ABRAMO, Laís; ABREU, Alice de Paiva (Org.). **Gênero e trabalho na Sociologia latinoamericana**. São Paulo: Alast, 1998. p. 39-61.
- ARAÚJO, Neusa de Farias; TROMBINI, Raquel da Silva. As condições de trabalho das diaristas na cidade de Brasília. *Fazendo Gênero* 10. Desafios Atuais dos Feminismo. 16 a 20 de setembro 2013. Disponível em http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1386087300_ARQUIVO_NeuzadeFarias.pdf. Acesso em 28 de junho de 2014.
- ÁVILA, Maria Betânia. **O tempo do trabalho das empregadas domésticas: tensões entre dominação/exploração e resistência**. Tese. 321 p. (Doutorado em Sociologia) Universidade Federal do Pernambuco-UFPE. Salvador. 2009.
- ÁVILA, Maria Betânia. O tempo e o trabalho das mulheres. In: COSTA, Ana Alice, et al. **Um debate crítico a partir do feminismo: reestruturação produtiva, reprodução e gênero**. São Paulo: CUT, 2002. p. 37-46.
- BARBOSA, Luciana C; SOARES, Maria de Lourdes. **Trabalho doméstico, trabalho desvalorizado, trabalho de mulheres**. Disponível em <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/view/284>. Acesso em 21 julho 2014.
- BARBOSA, Luciana C. **Desvalorização e invisibilidade do trabalho doméstico: reflexões iniciais**. In: Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais: olhares diversos sobre a diferença. João Pessoa, 26 a 28 de outubro de 2011. Disponível em <http://www.seminariogeneroufpb.org/3/05/06.pdf>. Acesso em 21 setembro 2014.
- CARDOSO JÚNIOR, José. **Empregada doméstica ou diarista? Eis a questão!** Disponível em http://www.calvo.pro.br/media/file/colaboradores/cardoso_junior/cardoso_junior_empregada_domestica.pdf. Acesso em 22 agosto 2014.
- COSTA, Ana Alice A. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. Disponível em <https://pactoglobalcreapr.files.wordpress.com/2012/02/5-empoderamento-ana-alice.pdf>. Acesso em agosto 2014.
- COSTA, Ana Alice A. **As donas no poder**. Mulheres e política na Bahia. Salvador: NEIM/BA/ Assembleia Legislativa da Bahia. 1998.
- CRUZ, Jamile Campos da. **As negras que conheci: uma análise sobre o cotidiano das trabalhadoras domésticas negras da cidade de Cruz Das Almas – BA**. Dissertação. 117 p. (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Cachoeira-BA, 2012.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- BRASIL. Emenda Constitucional Nº 72, de 02 de abril de 2013.
- BRASIL. Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972.
- DIARISTA. Dicionário Jurídico Virtual. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/> Acesso em 20 julho 2014.
- BRITES, Jurema; PICANÇO, Felícia. **O emprego doméstico no Brasil em números, tensões e contradições: alguns achados de pesquisas**. Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho, Ano 19, nº 31, 2014, 131-158.
- DIEESE. **A mulher negra na mercado de trabalho metropolitano: inserção marcada pela dupla discriminação**. Estudos e Pesquisas ano II nº 14 2005. Disponível em <http://www.dieese.org.br>.

DIEESE. **O emprego doméstico no Brasil**. Estudos e Pesquisas. Agosto de 2013. Disponível em <http://www.dieese.org.br/estudosetorial/2013/estPesq68empregoDomestico.pdf>. Acesso em 23 nov. 2014.

DRUCK, Graça. **Flexibilização e precarização**: formas contemporâneas de dominação do trabalho. Caderno CRH, Salvador, n. 37, p. 11-22, jul./dez, 2002.

FILGUEIRAS, Luiz A. M.; DRUCK, Graça; AMARAL, Manoela Falcão. **O conceito de informalidade**: um exercício de aplicação empírica. Caderno CRH, Salvador, v. 17, n. 41, p. 211-229, maio/ago. 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados**: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu. 1995: pp. 07-41. Disponível em http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1065_926_hARAWAY.pdf. Acesso 20 de fevereiro de 2015.

HEILBORN, Maria Luíza *et al.* **Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça** | GPP-GeR. Módulo I. Rio de Janeiro: CEPESSC; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

HEILBORN, Maria Luíza *et al.* **Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça** | GPP-GeR. Módulo V. Rio de Janeiro: CEPESSC; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011.

HIRATA, Helena. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. **Revista Latino-Americana de Estudios del Trabajo**, São Paulo, v. 4, n. 7, p. 5-17, 1998.

IBGE. 2012. Mulher no Mercado de Trabalho. Perguntas e Respostas. 8 março de 2012. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp_2012.pdf.

IBGE. 2010. Pesquisa Mensal de Emprego. **Algumas das principais características dos Trabalhadores Domésticos vis a vis a População Ocupada**. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/principal_carac_trab_dom.pdf. Acesso em julho de 2014.

IPEA. **Trabalho Doméstico Remunerado**: desigualdades de gênero e raça. Brasília, 2009. Disponível em http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/comunicado_presidencia/09_10_07_ComunicaPresi_32_Apresentacao_PNAD2008_Trabalho.pdf Acesso em 22 agosto 2014.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: TEIXEIRA, M; EMÍLIO, M; NOBRE, M. (Orgs.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres**: desafios para as políticas públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

LAVINAS, Lena; SORJ, Bila. O trabalho a domicílio em questão: perspectivas brasileiras. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar (Org). **Trabalho e gênero**: mudanças, permanências e desafios. São Paulo: Ed. 34, 2000. p. 211-236.

LEÓN, Magdalena. **Proyecto de investigación-acción: trabajo doméstico y servicio doméstico en Colômbia**. Revista de Estudios Sociales No. 45. Bogotá, enero - abril de 2013, pp. 198-211. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=81525692020> Acesso em 19 de dezembro de 2014.

MACEDO, Renato. **Onde mora a cidadania?** Visibilizando a participação das mulheres no Movimento Sem Teto – SALVADOR/BA. Tese. 263 p. (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo). Faculdade de

Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia-UFBA. Salvador. 2010.

MEDEIROS, M; COSTA, J. (2008). **O que entendemos por “feminização da pobreza?”** Disponível em <http://www.ipc-undp.org/pub/port/IPCOnePager58.pdf>

MELO, Hildete Pereira de. **O serviço doméstico remunerado no Brasil:** de criadas a trabalhadoras. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA, Rio de Janeiro:1998.

MOTTA, Alda Britto da. **Emprego doméstico: revendo o novo.** Caderno CRH, n. 16, p. 31-49, jan/jun, 1992.

NEVES, Magda de Almeida. As novas configurações do trabalho: diversidade, precarização e dominação. In: ZEBALLOS, Eliseo; SANTOS, José Vicente Tavares; FIGUEREDO, Dario (Org). **América Latina: hacia una nueva alternativa de desarrollo.** Arequipa, Peru: Unsa, 2004. p. 186-199.

NEVES, Magda de Almeida; PEDROSA, Célia. M. **Gênero, flexibilidade e precarização:** o trabalho a domicílio na indústria de confecções. Sociedade e Estado, Brasília, v. 22, n. 1, p. 11-34, jan./abr 2007.

NOBRE, Míriam. Trabalho doméstico e emprego doméstico. In: COSTA, Ana Alice Costa et al (Orgs.). **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho.** São Paulo: CUT Brasil, 2004.

O EMPREGO DOMÉSTICO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR. Sistema PED. PEDRMS. Abril de 2014. Disponível em <https://www.dieese.org.br/analiseped/2013/2013empreDomSSA.pdf>. Acesso em 23 junho 2014.

PNAD 2012. PELA MELHORIA DO EMPREGO DOMÉSTICO. Instituto Doméstica Legal. Disponível em http://www.domesticalegal.org.br/PNAD_2012_Retrato_do_Emprego_Domestico.pdf. Acesso em 20 dez. 2014.

PRISCO, Thiago; CARVALHO, Cátia S; GOMES, Michele M. **Diaristas: “Novas Domésticas” em Tempos de Trabalho Precário?** SERV. SOC. REV., LONDRINA, V. 15, N.2, P. 28-50, JAN./JUL. 2013.

SAFFIOTI, Heleith Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: Mito e realidades.** Petropolis, Vozes 1992.

SAFFIOTI, Heleith Iara Bongiovani. **Emprego doméstico e capitalismo.** Avanir Editora; Rio de Janeiro:RJ; 1979.

SANTOS, Juliana Anacleto dos. **Novas considerações sobre o trabalho doméstico no Brasil** -Uma análise quantitativa. Anais do **36º Encontro Anual da Anpocs**, de 21 a 25 de outubro de 2012, em Águas de Lindóia – SP. Disponível em http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=7897&Itemid=217

SORJ, Bila; FONTES, Adriana; MACHADO, Danielle Carusi. **Políticas e Práticas de Conciliação entre Família e Trabalho no Brasil.** Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set./dez. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0437132.pdf> Acesso em junho de 2014.

TRABALHO DOMÉSTICO: Direitos e Deveres. Ministérios do Trabalho e Emprego 2007. Disponível em <www.mte.org.br>

VALENTE, Virgínia Vargas. **Una reflexión feminista de la ciudadanía.** Estudos Feministas. Vol. 8. N. 2, 2000, pp. 170-190.

APÊNDICE A

ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Coleta de dados para produção de monografia

Título da Pesquisa: CADA DIA NUMA CASA, UMA CASA NUM SÓ DIA: a realidade sócio-laboral de mulheres diaristas na cidade de Salvador

Discente: Marta de Almeida Santos

Orientadora: Profa. Dra. Salete Maria da Silva.

Dados da entrevistada

Nome: _____ Codinome _____

1. Fale sobre a sua trajetória de vida, informando como e quando você se tornou diarista.
2. Antes de trabalhar como diarista, você teve alguma outra experiência profissional? Qual? E por quanto tempo?
3. Você já trabalhou com carteira assinada? Por quanto tempo?
4. Alguém da sua família já trabalhou ou trabalha como diarista ou empregada doméstica? Quem? Durante quanto tempo?
5. Que razões levaram você a se tornar diarista e/ou permanecer desenvolvendo esta ocupação?
6. Quem é a pessoa responsável pelos encargos financeiros de sua família?
7. Como se dá a oferta ou procura pelo seu trabalho?
8. Quantas dias e quantas horas você trabalha por semana, na condição de diarista?
9. Você tem algum vínculo com sindicato das trabalhadoras domésticas?
10. Você está vinculada a algum programa governamental de apoio ao trabalhador autônomo?
11. No dia a dia, como você concilia sua vida pessoal, familiar e social com seu trabalho como diarista?
12. Quem é responsável pelos afazeres domésticos em sua casa?
13. Qual a sua opinião sobre a realidade do trabalho sem vínculo empregatício?
14. Como você se percebe e/ou se sente trabalhando como diarista?
15. Quais as dificuldades, medos, conflitos e inseguranças vivenciadas no contexto da sua atividade profissional?
16. Na sua opinião quais os aspectos positivos e negativos do trabalho de diarista?
17. Que conquistas você obteve trabalhando como diarista?
18. O que você menos gosta no seu trabalho como diarista?
19. Você participa ou já participou de algum movimento social ou movimento de mulheres?
20. Quais são as suas perspectivas?

APÊNDICA B

QUESTIONÁRIO

Título da Pesquisa: CADA DIA NUMA CASA, UMA CASA NUM SÓ DIA: a realidade sócio-laboral de mulheres diaristas na cidade de Salvador

Discente: Marta de Almeida Santos

Orientadora: Profa. Dra. Salete Maria da Silva.

Dados da entrevistada

Nome: _____ Codinome _____

1. Em que faixa etária você se enquadra?
 De 18 à 20 anos De 21 à 30 anos
 De 31 à 40 anos De 41 à 50 anos
 De 51 à 60 anos Acima de 61 anos

2. Você tem filhos(as)?
 Não Sim Quantos? _____

3. Considerando as alternativas a seguir, qual o seu pertencimento étnico-racial?
 Branca Preta/negra Parda
 Indígena Amarelo

4. Qual a sua religião?
 Católica Protestante/Evangélica
 Espírita/Kardecista Candomblé/Umbanda
 Outra. Qual? _____ Não tem religião

5. Seu estado civil é:
 Solteira Casada União estável
 Divorciada Viúva Outros _____

6. Você reside em casa:
 Própria Alugada Cedida
 Ocupada Financiada Outra condição

7. Grau de escolaridade:
 Ensino fundamental incompleto Ensino fundamental completo
 Ensino médio Incompleto Ensino médio completo
 Ensino superior Incompleto Ensino superior completo
 Curso técnico Outros. Qual? _____

8. Renda mensal aproximada:
 Menos de 1 salário mínimo Até 1 salário mínimo
 Até 2 salários mínimos De 3 a 5 salários mínimos

9. Possui alguma renda complementar? Sim Não
 Aposentadoria Pensão
 Bolsa Família Outros _____

10. Paga INSS como autônomo?

Sim Não

11. Teve ocupação em outro ramo?

Sim. Não

Qual? _____

12. Há quanto tempo trabalha como diarista?

Até 1 ano Até 2 anos

Até 3 anos Até 4 anos

Até 5 anos Até 10 anos

Até 15 anos Mais de 16 anos

13. Como você tomou conhecimento do Programa PATRA?

Através dos jornais Através da Internet

Através de televisão Através de Amigas(os)

Através de Conhecidas(os) Outros: _____

14. Há quanto tempo trabalha como diarista no Programa PATRA?

Até 1 ano Até 2 anos

Até 3 anos Até 4 anos

Até 5 anos Até 10 anos

Até 15 anos Mais de 16 anos

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido eu, _____, em pleno exercício dos meus direitos, DECLARO que me disponho a participar da Pesquisa intitulada “CADA DIA NUMA CASA, UMA CASA NUM SÓ DIA: a realidade sócio-laboral de mulheres diaristas na cidade de Salvador.”

DECLARO, ainda, para quem possa interessar, que fui esclarecida e estou de acordo com os seguintes pontos:

- O trabalho terá como objetivo geral conhecer e analisar a realidade sócio-laboral das mulheres diaristas na cidade de Salvador, objetivando visibilizar tal realidade e contribuir com os debates acerca da construção de direitos e de políticas públicas para este segmento social;
- À participante caberá responder às perguntas formuladas sem ser submetida a qualquer risco ou constrangimento;
- À pesquisadora caberá o desenvolvimento da pesquisa de forma confidencial;
- A participante poderá se recusar a participar, ou retirar seu consentimento a qualquer momento da realização do trabalho, não havendo qualquer penalização em face disto;
- Será garantida a não identificação da entrevistada, assegurando assim a privacidade da mesma;
- Não haverá qualquer despesa ou ônus financeiro à participante voluntária e não haverá qualquer procedimento que possa incorrer em danos físicos ou financeiros e, portanto, não haveria necessidade de indenização por parte da equipe científica e/ou da Instituição responsável;
- Qualquer dúvida ou solicitação de esclarecimentos, a participante poderá contatar a equipe científica da pesquisa;
- Ao final da pesquisa, se for do meu interesse, terei livre acesso ao conteúdo da mesma, podendo discutir os dados com a pesquisadora, valendo salientar que este documento será impresso em duas vias e uma delas ficará em minha posse.

Desta forma, uma vez tendo lido e entendido tais esclarecimentos e, por estar de pleno acordo com o teor do mesmo, dato e assino este termo de consentimento livre e esclarecido.

Salvador/BA, ___ de _____ de 2014.

Participante

Marta de Almeida Santos
Pesquisadora